

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/04/2016 a 30/04/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Assembleia Geral da ONU lança Década de Ação pela Nutrição. Site do MDS, 01/04/2016.....	5
Vacinação contra febre aftosa na região de fronteira de Mato Grosso do Sul inicia dia 1º de abril. Ana Brito - CNA. 01/04/2016.	7
Servidores de Institutos Federais são capacitados no PAA. Site do MDS, 01/04/2016.....	8
DISTRITO FEDERAL: PAA fornece iogurtes e hortifruti ao Banco de Alimentos em Brasília. CONAB. 05/04/2016.	9
Programa Leite Saudável beneficia cerca de 7 mil produtores em 4 estados. Cláudia Lafetá - MAPA. 05/04/2016.....	10
Prefeitura de São Paulo regulamenta lei que torna obrigatório alimentos orgânicos nas escolas. Luciana Mendonça. Site do MST, 06/04/2016.	12
Agricultura familiar contribuindo para promoção da saúde. Tássia Navarro. Site do MDA, 06/04/2016.....	13
Sistema FAMASUL comemora selo de Indicação Geográfica da Linguiça de Maracaju. Ana Brito – CNA. 07/04/2016.....	14
Pelo combate ao trabalho escravo em propriedades rurais. Antônio Prates. Site do MDA, 07/04/2016.....	15
Caravana no RS: a marca da transição agroecológica. Najar Tubino. Carta Maior, 07/04/2016.....	17
Campanha completa 5 anos de luta permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Iris Pacheco. Site do MST, 07/04/2016.....	20
MDS propõe metas e limites de execução do PAA para 90 prefeituras. Site do MDS, 08/04/2016.....	24
Programa investe R\$ 18,6 milhões em assistência técnica a produtores. Cláudia Lafetá – MAPA. 11/04/2016.	25
Câmara analisa regulação de "defensivos fitossanitários" — ou seriam agrotóxicos? Mariana Alvim – O Globo, Blog Lauro Jardim. 13/04/2016.....	26
Nos esgotos da Câmara, projeto que bota mais agrotóxico na sua mesa tem comissão instalada. Site do MST, 13/04/2016.....	27
UE estuda encurtar prazo para renovação comercial do glifosato. Bettina Barros – Valor Econômico. 13/04/2016.....	28

Ministra e governadora de Roraima discutem ações contra febre aftosa no estado. Priscilla Mendes – MAPA. 13/04/2016.....	29
Vigilância agropecuária protege as fronteiras do país contra a febre aftosa. Cláudia Lafetá - MAPA. 14/04/2016.....	29
Vacinação contra febre aftosa começa nesta sexta-feira (15) em Rondônia. Cláudia Lafetá – MAPA. 14/04/2016.....	32
Município alagoano vai adquirir 26 toneladas de alimentos da agricultura familiar. Site do MDS, 14/04/2016.....	33
Solo: o maior patrimônio do produtor rural. CNA. 15/04/2016.....	34
Gigante alimentício diz que certos produtos são para consumo 'ocasional'. O Globo, Saúde. 15/04/2016.....	36
Você sabe o que são as PANCs? Existem cerca de 10 mil espécies delas no Brasil. Juliana Carreiro – O Estado de São Paulo, Vida &Estilo. 18/04/2016.....	37
Assentados e agricultores familiares participam de feira ecológica na capital gaúcha. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2016.....	41
“PAA fortaleceu nosso Banco de Alimentos”. Site do MDS, 18/04/2016.....	41
Incra/ GO participa da Agro Centro-Oeste Familiar 2016 cujo tema é Agroecologia. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/04/2016.....	43
AL e Caribe definem agenda para combate à insegurança alimentar. CONAB. 20/04/2016.....	45
Dieta vegana evitaria conversão de florestas em lavouras, diz estudo. Fábio de Castro – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 20/04/2016.....	45
Garantia de mercado à agricultura familiar. Janete Lima. Site do MDA, 22/04/2016.....	47
Cai a área de plantações geneticamente modificadas no mundo. Andrew Pollack, The New York Times – O Estado de São Paulo, Economia. 25/04/2016.....	50
MDS cria Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Site do MDS, 25/04/2016.....	54
Maranhão: quatro mil agricultores familiares vão receber cisternas. Site do MDS, 26/04/2016.....	54
Agricultores familiares já podem enviar propostas de venda ao PAA. Site do MDS, 26/04/2016.....	55
Ministro enumera avanços da agricultura familiar em reunião com gestores do Incra. Site do MDA, 27/04/2016.....	56
Assentamento paraibano se destaca com criação de galinhas usando remédios e alimentação naturais. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/04/2016.....	57

Alagoas lança o comitê da campanha conta o uso dos agrotóxicos. Gustavo Marinho. Site do MST, 27/04/2016.	58
Começa a primeira etapa da vacinação contra aftosa na maioria dos estados. Cláudia Lafetá – MAPA. 29/04/2016.....	60

Assembleia Geral da ONU lança Década de Ação pela Nutrição. Site do MDS, 01/04/2016.

Resolução teve apoio do Brasil, que já define para os próximos anos diversas iniciativas para a promoção da alimentação saudável

Brasília – A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou nesta sexta-feira (1º), em Nova Iorque, EUA, resolução que define que o período de 2016 a 2025 é a Década de Ação pela Nutrição. O Brasil foi um dos 31 países que apresentaram a proposta. “Consideramos ser uma grande oportunidade para unir iniciativas e esforços para erradicar a fome e prevenir todas as formas de má nutrição”, afirmou o embaixador Antonio Patriota, representante permanente do país na ONU, ao defender a resolução no colegiado do organismo internacional.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) reconhece que o Brasil é um dos países que mais reduziu a subalimentação nos últimos anos, saindo do Mapa Mundial da Fome em 2014. “Estamos ansiosos para se envolver neste processo, compartilhando informações sobre nossas políticas públicas e aprender com outras experiências”, destacou Patriota.

A experiência brasileira em políticas públicas pode contribuir para a superação da fome no mundo. “O Brasil se tornou uma referência internacional em questão de políticas de segurança alimentar e nutricional”, afirmou o representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil, Alan Bojanic, na quarta-feira (30), durante o lançamento do livro *Superação da Fome e da Pobreza Rural: Iniciativas Brasileiras*.

Somente em 2015, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) recebeu 61 delegações de 40 países para conhecer as políticas públicas brasileiras, tanto com seminários como em visitas de campo, para que eles pudessem ver as ações em funcionamento. As missões vieram predominantemente de países da América Latina

(40%) e da África (35%). E representantes de Armênia, Camboja, Grécia, Holanda e Suíça foram pela primeira vez recebidos pelas equipes do ministério.

Novo ciclo – A resolução da ONU também alerta os países para a alimentação saudável. “As crianças não conseguem colher plenamente os benefícios da escolaridade se não acessarem os nutrientes necessários; e as economias emergentes não atingirão seu pleno potencial se os trabalhadores estiverem cronicamente cansados por causa de uma dieta desbalanceada”, explicou José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO. “É por isso que celebramos a Década de Ação pela Nutrição e estamos ansiosos para fazer dela um sucesso.”

No debate que está sendo realizado entre o governo federal e a sociedade para elaborar as novas diretrizes que vão compor o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN) até 2019, o Brasil enfrenta novos desafios. “Agora temos um novo ciclo, com novos problemas relacionados à má-alimentação, ao sobrepeso e à obesidade que se espalha pelo país. Temos que atualizar a nossa estratégia a partir do diálogo e da construção conjunta”, afirma o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2015 demonstram que atualmente, um terço das crianças brasileiras está com sobrepeso, 56,9% da população adulta está com excesso de peso e destes, 21,3% estão obesos. Isto tem contribuído com a expansão de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, muitas delas decorrentes da má alimentação, e que são responsáveis 72% das mortes no Brasil.

Preocupado com este quadro, um conjunto de políticas públicas e outras iniciativas de garantia de acesso a alimentos vem sendo reforçado. Dentre elas, o governo federal, em parceria com organizações da sociedade e o setor privado, lançou neste mês de março a campanha Brasil Saudável e Sustentável. O calendário da campanha passa pelas Olimpíadas Rio 2016 e se estende até maio de 2017, com a realização de ações que estimulem as pessoas a refletir sobre os hábitos de consumo e a optar por escolhas alimentares cada vez mais saudáveis, demonstrando as vantagens do consumo de produtos locais, frescos, vindos da agricultura familiar, da produção orgânica ou agroecológica.

E, desde novembro do ano passado, a partir de decreto assinado pela presidenta Dilma Rousseff, a União, estados e municípios estão sendo sensibilizados para aderir ao Pacto Nacional para Alimentação Saudável, segundo a diretora de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares do MDS, Patrícia Gentil. “Não queremos entrar no Mapa do sobrepeso e da obesidade. Temos um cenário preocupante relacionado ao aumento das doenças crônicas e, para reverter a situação, devemos melhorar a qualidade da alimentação.”

Vacinação contra febre aftosa na região de fronteira de Mato Grosso do Sul inicia dia 1º de abril. Ana Brito - CNA. 01/04/2016.

A primeira etapa da vacinação contra febre aftosa na área de fronteira de Mato Grosso do Sul inicia nesta sexta-feira-feira (1º). Devem ser imunizados bovinos de todas as faixas etárias, ou seja, de mamando a caducando. O Sistema FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul alerta ao produtor rural para fique atento ao calendário oficial de imunização. Ao todo, serão vacinados aproximadamente 520 mil animais da região.

A área de fronteira compreende treze municípios do Estado e o prazo final da vacinação vai até 15 de maio. Após este período, o produtor rural precisa fazer o registro da vacina junto à Iagro - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, no máximo até 15 dias após o prazo final da campanha, no portal da Agência (<http://www2.iagro.ms.gov.br/>).

A região de fronteira sul-mato-grossense compreende a totalidade dos municípios de Antônio João, Japorã e Mundo Novo e parte dos municípios de Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas.

Mato Grosso do Sul é livre de aftosa com vacinação desde 2011. Segundo o médico veterinário do Sistema FAMASUL, Horácio Tinoco (foto acima), para o Estado manter a atual condição é preciso uma ação permanente. “Os produtores rurais precisam continuar o trabalho de prevenção para manter o status que é reconhecido pela OIE – Organização Mundial de Saúde Animal e abre portas para que a nossa carne bovina conquiste um espaço de cada vez maior no mercado internacional”, ressalta.

"Os produtores destes municípios (da Fronteira) têm tomado todas as medidas sanitárias necessárias para o fortalecimento do setor. Exemplo deste trabalho é que o índice de cobertura vacinal na região ultrapassa 99%", afirma Tinoco. O reconhecimento do status, ressalta, é resultado do trabalho realizado pelos pecuaristas, trabalhadores e técnicos do setor, com a orientação da Iagro - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal e do Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Na região do Planalto, a vacinação vai do dia 02 de maio a 1º de junho. No Pantanal, para os optantes da etapa de maio, inicia também no dia 02 e vai até o dia 16 de junho.

O calendário é diferenciado por determinação da Agência, resultado de estudos epidemiológicos das diferentes regiões produtoras. A mudança na vacinação da aftosa para todo o rebanho do Planalto, passando de novembro para maio, ocorreu em 2012, atendendo demanda dos produtores e defendida pelo Sistema Famasul, por ser este o período mais adequado para reunir e vacinar o rebanho das propriedades.

Calendário da 1ª etapa de vacinação de Mato Grosso do Sul

Fronteira: de 1º de abril até 15 de maio

Planalto: de 02 de maio a 1º de junho

Pantanal: o produtor optante da etapa maio - período de 02 de maio a 16 de junho

Servidores de Institutos Federais são capacitados no PAA. Site do MDS, 01/04/2016.

Iniciativa qualifica profissionais a realizar compras de alimentos da agricultura familiar pela modalidade Compra Institucional do programa

Brasília – Neste mês, 288 servidores de 35 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de todo o Brasil terminam a capacitação no curso a distância de Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra Institucional. Os alunos são profissionais dos setores de Compras, Alimentação, Assistência ao Educando e Extensão de todas as regiões do país.

O curso foi promovido pelo Instituto Federal do Sul de Minas, de Pouso Alegre (MG), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação, na modalidade de Ensino a Distância, com carga horária de 90 horas e duração de dois meses e meio. O projeto é um piloto com possibilidade de ampliação.

Dividida em cinco unidades, com apostilas em ambiente virtual e monitoramento de sete professores e 12 tutores, a atividade tem o objetivo de melhorar o desenvolvimento de ações dos dois programas, contribuir para melhorar a eficiência na gestão dos recursos do PNAE e o entendimento sobre a execução do PAA.

Segundo a coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDS, Helene Leepkahn dos Santos, “as aquisições de alimentos da agricultura familiar têm potencial de estimular uma alimentação mais adequada através da melhoria da qualidade dos produtos ofertados, uma vez que os alimentos são frescos e minimamente processados além de promover o acesso dos agricultores familiares ao mercado, gerando inclusão social e desenvolvimento local”.

A modalidade Compra Institucional foi tema do último módulo, envolvendo questões de legislação, operação, preços de aquisição, limite de venda e elaboração de chamada pública. Desde o início desse ano, os órgãos da Administração Pública federal devem destinar o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais. O MDS apoia órgãos compradores com formação, articulação de fornecedores e compradores, auxiliando nas aquisições de alimentos para que seja cumprido o estabelecido.

DISTRITO FEDERAL: PAA fornece iogurtes e hortifruti ao Banco de Alimentos em Brasília. CONAB. 05/04/2016.

Agricultores familiares da Cooperativa Agropecuária de São Sebastião (Copas) e da Associação Mista dos Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores do DF e Entorno (Mista) estão fornecendo alimentos para 35 entidades cadastradas no Banco de Alimentos do Distrito Federal. A entrega de iogurtes e hortifruti foi realizada nesta

terça-feira (05), na Central de Abastecimento (Ceasa) de Brasília.

Os produtos foram comprados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e beneficiarão cerca de 5 mil pessoas em situação de insegurança alimentar.

Os agricultores da Associação Mista, localizada no núcleo rural Rio Preto na região de Planaltina, são responsáveis pela entrega de hortifrutis. Para viabilizar a produção e a distribuição dos alimentos, o projeto foi contemplado com R\$ 168 mil do governo federal. Já a Cooperativa Agropecuária de São Sebastião é responsável pelo fornecimento de iogurtes. Para o desenvolvimento do projeto, a Cooperativa está recebendo investimento total de R\$ 208 mil.

O PAA, desenvolvido em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como finalidade essencial o apoio aos agricultores familiares por meio da compra de sua produção.

Os alimentos adquiridos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pela rede pública e filantrópica de ensino e saúde, e pelos equipamentos de alimentação e nutrição e de segurança pública.

**Programa Leite Saudável beneficia cerca de 7 mil produtores em 4 estados.
Cláudia Lafetá - MAPA. 05/04/2016.**

Iniciativa lançada pela ministra Kátia Abreu já concedeu R\$ 10 mi em desonerações do PIS/Cofins

Os primeiros projetos submetidos ao Programa Leite Saudável, por meio do qual os laticínios têm benefícios no recolhimento do PIS/Cofins, já foram aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Em seis meses, o Mapa habilitou 13 projetos, totalizando cerca de R\$ 10 milhões em desonerações e beneficiando 7 mil produtores no Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo.

As desonerações fazem parte do Programa Leite Saudável - que acaba de completar seis meses - e visam a estimular o setor lácteo a apoiar ações de assistência técnica rural. A meta do Mapa é investir R\$ 387 milhões, até 2019, para promover a ascensão social de 80 mil produtores e melhorar a competitividade dos produtores brasileiros.

De acordo com a Lei 13.137/2015, os projetos são desenvolvidos por pessoas jurídicas que compram leite in natura e o processam para venda, inclusive cooperativas. Por meio dessa lei, as empresas têm direito a recuperar 50% da contribuição de 9,25% do PIS/Cofins, desde que destinem o equivalente a 5% desses recursos a iniciativas que promovam a melhoria da qualidade e da produtividade dos produtores.

Cada laticínio elabora o projeto de assistência técnica rural mais adequado à sua realidade e estabelece metas e indicadores de monitoramento para atingir os objetivos, conforme os benefícios fiscais que dispõem através dos créditos presumidos (PIS/Cofins).

“Temos buscado alinhar as políticas públicas de apoio ao produtor rural em sinergia com o setor lácteo. Esse é um programa que está conseguindo integrar o produtor, a indústria e o governo”, diz a coordenadora do Programa Leite Saudável, Charli Ludtke. “Diversos workshops, seminários e palestras foram realizados para aprimorar os projetos a serem submetidos pelos laticínios e hoje já percebemos a qualidade das propostas que estão sendo aprovadas pelo Mapa.”

Gestão da propriedade

Charli cita como exemplo Minas Gerais, onde foi aprovado um projeto sobre gestão da propriedade rural e implantação das boas práticas leiteiras, que devem ser adotadas pelos produtores após a realização de cursos de capacitação e visitas mensais de técnicos de campo. Já no Espírito Santo, um dos projetos aprovados trata de gerar maior renda com a produção de leite. Para tanto, as visitas técnica e capacitações aos produtores estão focadas na redução dos custos de produção, melhoria da nutrição e da genética do rebanho leiteiro.

Para o diretor executivo da Associação Brasileira de Laticínios (Viva Lácteos), Marcelo Martins, a execução dos projetos vai contribuir para o incremento da produção e da produtividade do setor, fatores essenciais ao aumento do mercado interno e ampliação das exportações. “As indústrias e cooperativas brasileiras vão investir, neste primeiro

ano, em torno de R\$ 100 milhões para a melhoria da competitividade e qualidade dos produtos lácteos”.

Foram enviados para o Mapa cerca de 207 projetos, totalizando mais R\$ 90 milhões em projetos sob análise. O período de duração dos projetos é de até três anos. Empresas interessadas em mandar projetos podem ter mais informações [aqui](#).

Além dos 7 mil produtos que receberão assistência técnica rural, por meio dos créditos presumidos (PIS/Cofins), mais 3.680 propriedades leiteiras foram selecionadas em GO, MG, PR, SC e RS para integrar o Programa Leite Saudável.

Prefeitura de São Paulo regulamenta lei que torna obrigatório alimentos orgânicos nas escolas. Luciana Mendonça. Site do MST, 06/04/2016.

Desde 2013, a prefeitura paulistana vem adotando medidas para melhorar a qualidade da alimentação escolar, como a aquisição de alimentos orgânicos pelo Departamento de Alimentação Escolar (DAE).

Nesta terça-feira (5), foi realizado o ato de regulamentação da Lei Municipal nº 16.140, de março de 2015, que torna obrigatória a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica para a rede municipal de ensino paulistana.

O MST é um dos parceiros da iniciativa, responsável por fornecer 1,5 tonelada de arroz agulhinha polido orgânico, além de farinha de mandioca e feijão cariquinho proveniente de agricultura familiar.

A iniciativa é resultado do trabalho colaborativo da Secretaria Municipal de Educação (SME), da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), ao lado do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e da sociedade civil organizada.

Durante o ato, Fernando Haddad, prefeito de São Paulo, salientou a importância da merenda escolar e o potencial de fomentar a agricultura familiar que a lei facilita.

“A merenda escolar alimenta milhões de brasileiros. Um quarto da população é alimentada nas nossas escolas, noventa por cento dela nas escolas públicas. Nós percebemos um enorme potencial de mudar o campo e a cidade conectando a merenda com a agricultura familiar”, disse o prefeito Haddad.

Desde 2013, a prefeitura paulistana vem adotando medidas para melhorar a qualidade da alimentação escolar, como a aquisição de alimentos orgânicos pelo Departamento de Alimentação Escolar (DAE).

A lei é promulgada no sentido de tornar a distribuição de alimentos saudáveis política pública de Estado, ou seja, independente de mudança de governo ela não pode ser interrompida.

Entre os alimentos orgânicos, ou de produtores com menos uso de agrotóxicos, que a prefeitura já vem adquirindo estão sucos de uva e de laranja integrais, arroz orgânico, feijão carioca, arroz parboilizado, carne suína, bananas nanica e prata.

É considerada como produção de base ecológica: “aquela que não utiliza nem fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, nem agrotóxicos de alta solubilidade, nem reguladores de crescimento e aditivos sintéticos na alimentação animal e nem organismos geneticamente modificados”.

Agricultura familiar contribuindo para promoção da saúde. Tássia Navarro. Site do MDA, 06/04/2016.

Responsáveis pela produção da maioria dos alimentos consumidos pelos brasileiros, os agricultores familiares contribuem para uma alimentação com qualidade nutricional. Os orgânicos, por exemplo, têm tido grande procura pelas pessoas que se preocupam em manter uma rotina saudável. E, exatamente, para conscientizar a população como assegurar boa qualidade de vida é que se comemora, no dia 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde.

O nutricionista João Paulo Romeu explica que o alimento orgânico da agricultura familiar, por ser livre de aditivos químicos, evita que chegue ao consumidor produtos que possam causar doenças, como alergias e cânceres. “Além disso, o sabor do alimento

orgânico é muito mais preservado, suas vitaminas e minerais são encontrados em maior quantidade e os antioxidantes desse tipo de alimento são naturais”, destaca.

Gabriel Piazzi, 28 anos, é um dos que dão preferência aos produtos orgânicos. Ele procura comer em locais que tenham esse tipo de alimentos porque, além de se preocupar com a saúde, sabe que são alimentos produzidos sem agrotóxicos ou outros venenos. “A produção é muito mais restrita e controlada. Temos um domínio do que se come e sabemos da qualidade do produto”, afirma ao assegurar que, apesar do acesso a esses alimentos às vezes ser difícil, ele levanta cedo para ir ao Ceasa, no espaço dedicado aos produtos da agricultura familiar.

Para o nutricionista, os alimentos orgânicos oferecem muitos benefícios à saúde, mas ainda há uma carência no mercado. “Existem poucas feiras de alimentos orgânicos e onde tem acaba muito rápido, pois são produzidos pelos agricultores familiares que em sua maioria não consegue vender para as redes de supermercado”, lamenta.

Mais saúde

E, para aproximar consumidor e produtor o Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de promover políticas de incentivo à produção orgânica, organiza feiras – como a que terá nas Olimpíadas 2016. Serão quatro pontos turísticos do Rio de Janeiro, com praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Ao todo, 45 empreendimentos familiares participarão da campanha ‘Brasil Saudável e Sustentável’.

Sistema FAMASUL comemora selo de Indicação Geográfica da Linguíça de Maracaju. Ana Brito – CNA. 07/04/2016.

Que a linguíça de Maracaju é um dos produtos sul-mato-grossense mais conhecido no País, isso não é novidade. Mas, desde a última terça-feira (05), um dos ícones da culinária de Mato Grosso do Sul passou a possuir o registro de IG - Indicação Geográfica. O reconhecimento, que abrirá portas para a iguaria no mercado internacional, é comemorado pelo Sistema FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul.

O selo é conferido pelo Inpi - Instituto Nacional de Propriedade Industrial que é a instituição que concede o registro e emite o certificado. "É uma conquista não só para o município, mas para todo o estado. Este sucesso é mais do que merecido e servirá para

levar a outros países o nome da nossa já famosa Linguíça de Maracaju, fruto da tradição da qual tanto nos orgulhamos", afirma o presidente do Sistema FAMASUL, Mauricio Saito.

O IG é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado, como mostram as informações do Ministério da Agricultura. Outro produto que recebeu o selo é o mel do pantanal produzido em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (*know-how* ou *savoir-faire*).

O Ministério da Agricultura é uma das instâncias de fomento das atividades e ações para Indicação Geográfica (IG) de produtos agropecuários. Existem duas espécies ou modalidades de Indicação Geográfica: “Indicação de Procedência (IP)” e “Denominação de Origem (DO)”. No caso tanto do mel do Pantanal, como a linguíça de Maracaju, a modalidade de IG é denominação de origem.

Pelo combate ao trabalho escravo em propriedades rurais. Antônio Prates. Site do MDA, 07/04/2016.

Uma questão central quando se discute a função social da terra, o trabalho escravo em propriedades privadas rurais - que ainda existe em muitos países da América Latina - é preocupante no Brasil, envolvendo mais de 300 propriedades, que somam cerca de 1,3 milhão hectares de terra, e que estão inscritas na lista suja do uso da mão de obra escravizada.

‘O trabalho escravo e os direitos humanos’ foi um dos temas refletidos no primeiro seminário do Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra, organizado pelo Grupo de Estudos de Direito Agrário, do MDA, em parceria com a PUC-PR, realizado em Curitiba (PR).

Para o procurador federal do Inca, Valdez Farias, da regional de Santa Catarina, o grande desafio nesta questão é efetivar plenamente o que está previsto na Constituição brasileira.

“Em nosso histórico, nós priorizamos muito a questão econômica, mas o desafio é também fiscalizar as propriedades que descumprem as funções ambientais, sociais e outras. Segundo o artigo 184 da Constituição Federal, uma propriedade precisa atender

quatro requisitos: o requisito econômico, o ambiental, o trabalhista e a chamada função bem-estar. Em relação ao trabalho escravo, nós temos mais de 300 proprietários inscritos na lista suja do trabalho escravo, que somam aproximadamente 1,3 milhão de hectares de terra em que se explora o trabalho escravo”, disse Valdez Farias ao realçar que estes imóveis, a luz do artigo 184 e 186 da Constituição, deveriam ser alvo de vistoria para fins de desapropriação para a reforma agrária.

Apesar da realidade brasileira ainda apresentar graves problemas nesse campo, nos últimos anos, o Estado, segundo Farias, está melhor organizado e conta com maior aparato para fiscalizar e, por isso mesmo, aumentou o número de proprietários incluídos na lista suja do trabalho escravo.

“Principalmente, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da secretaria de Inspeção no Trabalho, e o próprio Ministério Público do Trabalho, tem realizado ações libertando o trabalhador que é mantido em regime de escravidão”, afirmou o procurador do Incra.

Já na questão que envolve a reforma agrária, a situação é diferente, e a desapropriação da área onde se pratica trabalho escravo é a única medida possível no atual regime constitucional, pois a expropriação, que também está prevista na constituição, ainda precisa ser regulamentada pelo Congresso Nacional.

Terra para os libertados não é garantida

“A expropriação é a retirada da propriedade sem indenização, então, pelo atual regime, o que já está regulamentado é a desapropriação, com a indenização dessas propriedades, mesmo onde há trabalho escravo. A expropriação, no meu ponto de vista, deveria ser a norma e a resposta mais efetiva do Estado, por que, nesse caso, os trabalhadores libertados fisicamente também teriam liberdade econômica com o acesso à própria propriedade expropriada. Seria uma medida que teria mais eficácia, por que nós já tivemos casos de trabalhadores libertados que, depois, voltaram a ser libertados em outro imóvel, justamente por não ter liberdade econômica e ter de se sujeitar a estas condições de escravidão”, relatou Farias ao observar que existe, ainda, a reincidência de proprietários que entram na lista suja uma segunda vez por prática de trabalho escravo não com o mesmo imóvel, mas em outro imóvel de sua propriedade.

Para o procurador federal do Incra, a regulamentação da expropriação é uma medida urgente, mas, enquanto não se regulamenta, o poder público, o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem que adotar o procedimento que está em vigência.

“É o que nós defendemos, e para tornar isso mais efetivo o MDA editou uma portaria e o Incra uma instrução normativa, incluindo entre as prioridades de fiscalização os imóveis que constam da lista suja do trabalho escravo e essa foi a razão da urgência em ações visando desapropriar estes imóveis”, concluiu Valdez Farias.

Função Social da Terra

Realizado no auditório da faculdade de Direito da PUC/PR, o primeiro Ciclo de Debates sobre a Função Social da Terra contou com a participação de juristas e professores de diversas universidades brasileiras, representantes da Procuradoria Federal do Incra, da Coordenação Nacional dos Quilombos, da Conjur-MDA, e estudantes dos cursos de mestrado e doutorado de Direito e Antropologia da universidade.

Caravana no RS: a marca da transição agroecológica. Najjar Tubino. Carta Maior, 07/04/2016.

A agroecologia tem sido um caminho de liberação de áreas consumidoras de agrotóxicos e fertilizantes, reduzindo a contaminação do solo e das águas

Osório (RS) – Nesta etapa foram analisados três estudos de caso, dentro do projeto “Promovendo Agricultura em Rede”, que a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) promove em todo o país – 18 estudos no total. O primeiro na Comunidade Aguapés, 25 km de Osório, de 23 há, da família Silveira da Costa; o segundo na Comunidade Rio da Panela, a 8 km de Mampituba, da família Souza e o terceiro na Comunidade Retiro, a 8 km de Três Forquilhas. Todos produzem banana e tem apenas um descendente ainda na propriedade. O primeiro é especializado, o segundo agroecológico diversificado e o terceiro diversificado com o protagonismo da mulher. Os três agroecossistemas passaram pela transição, saindo da produção convencional, com o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, para a orgânica, com certificação. Os três participam da Rede Ecovida de Agroecologia. A pesquisa foi realizada por Gustavo Martins, da Ação Nascente Maquiné.

“- A agroecologia tem sido um caminho de liberação de áreas até pouco tempo consumidoras de agrotóxicos e fertilizantes e, este processo foi definitivo para a redução da contaminação do solo, das águas e também à exposição de quem produz e quem consome”, registra a pesquisa.

Comercialização com atravessadores

A região recebeu famílias de imigrantes europeus e viveu em função dos ciclos econômicos estabelecidos. A falta de terra é um dos maiores problemas, porque a faixa entre o litoral e a serra é estreita, e os agricultores acabaram desmatando as encostas, primeiro plantando cana-de-açúcar e mais recentemente a banana. A produção para o autoconsumo sempre esteve presente no cotidiano dessas famílias. Formação de pomares, criação de galinhas e porcos e gado leiteiro. Entretanto, a produção convencional sempre esteve sujeira a atravessadores e aos desequilíbrios do mercado. Isso define os períodos de êxodo rural e a procura atividades fora da propriedade.

“- A produção para o autoconsumo, a baixa dependência da força de trabalho externa aliados a baixos custos de produção e consumo intermediário são características dos três casos, assim como a tendência de garantir maior autonomia frente ao processo produtivo”, relata Gustavo Martins.

Protagonismo das mulheres

O método dessa pesquisa envolve uma série de questões, a começar pela tipologia das propriedades: é analisado o tamanho da área, emprego da mão de obra, nível de especialização, tipos de técnicas empregadas. Mais as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, na forma de usar os recursos naturais, na infraestrutura, na forma como os agricultores e agricultoras se organizam, as leis que dificultam ou apoiam a agricultura; o destino final dos produtos e a forma de comercialização e a maneira de acessar conhecimento. Todas essas questões são discutidas em oficinas entre técnicos, associados de organizações sociais, agricultores e agricultoras. A seguir vão a campo coletar as informações.

O terceiro núcleo social, conforme a definição da pesquisa evidencia o protagonismo das mulheres na agroindústria familiar, basicamente, processamento de frutas nativas – palmeira juçara – e a produção de panificados e a farmácia coletiva, uma das atividades da Associação das Mulheres Agricultoras de Três Forquilhas (AMADECOM). É um trabalho voluntário para produção de fitoterápicos. A participação no Movimento das Mulheres Camponesas e em diversas capacitações das organizações da região, como o

Centro Ecológico e a ANAMA. Em 2014, os integrantes do núcleo participaram do curso de Açaicultor oferecido pelo PRONATEC, realizado na escola da comunidade. E depois acessaram o Pronaf para montar a agroindústria.

Todos acessaram as políticas públicas

“- Há sete anos a agroindústria vem se estruturando para regularizar suas atividades: processamento dos frutos da Juçara, panificados, produção de geleia de frutas nativas, picadinhos de legumes. Produção foi vinculada ao programa do governo estadual Sabor Gaúcho, possibilita a comercialização de produtos agroindustrializados regularizados por pessoa física, com talão de produtor rural, desde que a matéria prima venha da propriedade” relata Gustavo Martins.

Os três núcleos também acessaram várias políticas públicas, como o PNAE e PAA na comercialização e o Programa Mais Alimentos para aquisição de pequenos tratores, o que é um alívio no trabalho diário no bananal – um cacho de banana pesa mais de 10 quilos e é colhido morro acima. Todas as famílias mantêm juntas de bois usadas na preparação da terra e na retirada dos produtos da roça. Uma delas cedeu para um dos filhos. A transição agroecológica, com a certificação da Rede Ecovida, provocou uma mudança na lógica da comercialização da banana.

Antes o atravessador estipulava o padrão da banana – grande e amarela -, que na prática impõe o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos. A passagem para a certificação orgânica demora dois anos em média, quando no início cai a produtividade do bananal. Hoje em dia, os agricultores e agricultoras da região conseguem vender a banana orgânica quase pelo dobro do mercado convencional em feiras, nas lojas das cooperativas, ou em pontos, como o de Caxias do Sul, onde são comercializados 10 a 12 toneladas por semana. Uma das cooperativas também negocia com a rede gaúcha de supermercados Zaffari.

Integração social mais evoluiu

A integração social foi um dos índices da pesquisa de maior evolução ao longo do tempo na história das famílias e das comunidades. É um reflexo da construção social do

território, que disseminou o conhecimento técnico, a integração entre as famílias, diversificou a produção para o autoconsumo, com o aproveitamento das frutas nativas, a manutenção da Mata Atlântica e a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. O valor agregado que as famílias obtiveram também é acompanhado pela redução no custo de produção, em consequência da dispensa no uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

“-Se a Monsanto dependesse de mim para comprar um litro de veneno ia morrer de fome”, comenta Dirceu Gonçalves Felal, agricultor de Mampituba que participou das duas horas de conversa no bananal de Paulo Cesar Silva e Cláudia. A agroecologia para estas comunidades é um caminho único, não tem volta.

Campanha completa 5 anos de luta permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Iris Pacheco. Site do MST, 07/04/2016.

Lançada em 2011, a denúncia dos impactos severos que os venenos causam na saúde humana e no meio ambiente é a bandeira central da Campanha

Neste dia 07 de abril de 2016, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida completa 05 anos de luta e resistência contra uma das principais expressões do modelo agrário capitalista no país, o agronegócio.

O objetivo da campanha é denunciar o modelo que domina a agricultura brasileira por meio de sua principal contradição: os agrotóxicos. Assim, resultado de muitas iniciativas e articulações entre diversas organizações que desde 2010 vinham construindo uma rede em torno dessa perspectiva de luta unitária, a Campanha foi lançada em 2011 denunciando os impactos severos que os venenos causam na saúde humana e no meio ambiente.

Ao mesmo tempo em que a Campanha busca explicitar as contradições e malefícios gerados pelo agronegócio, ela também vem trazer um anúncio. Por isso traz em seu nome a Vida, colocando a agroecologia como paradigma necessário para construção de outro modelo de agricultura.

De acordo Nivia Silva, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), neste período a luta contra agrotóxicos se tornou uma tarefa fundamental para os movimentos e organizações populares, pois "para o agronegócio os agrotóxicos são uma espécie de “calcanhar de Aquiles”": eles expressam uma das principais contradições deste modelo."

Ainda que o problema dos agrotóxicos seja denunciado desde a década de 1960, é neste período recente que ele tem ficado mais evidente. Desde 2008, o Brasil assumiu o posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo e a Anvisa passou a publicar os dados de contaminação de alimentos por estes venenos. Estimativas fornecidas pela própria indústria de venenos indicava 5,2 litros cada pessoa por ano, em 2008. Hoje, ela subiu para 7,2 litros.

"O uso de agrotóxicos é uma contradição do agronegócio porque, por um lado, não se consegue produzir monocultivos sem eles, mas seus efeitos na saúde e no meio ambiente são cada dia mais gritantes e difíceis de serem encobertos. Durante toda a sua cadeia, os agrotóxicos deixam um rastro de morte e doenças", ressalta Nivia.

A Campanha nasce em um contexto de avanço do capitalismo no campo, simbolizado pelo agronegócio, e os problemas estruturantes, tanto para campo como para a cidade, ocasionados por este modelo, se acentuam. As corporações transnacionais controlam a produção de mercadorias agrícolas (commodities), o comércio e os preços dos produtos. Bem como, a maioria das fábricas de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, sementes, as mudas e matrizes animais, máquinas e equipamentos. E se apropriam dos recursos naturais e da biodiversidade brasileira.

Uma iniciativa em defesa da vida

No ano de 2011, o dia 07 de abril foi escolhido para o lançamento da Campanha em vários estados, por ser o dia mundial da saúde, e assim a relação entre agrotóxicos e saúde, ficaria marcada nessa data simbólica.

Outra data que é uma das principais referências para Campanha, é o 03 de dezembro, Dia Mundial de Luta contra Agrotóxicos. Todos os anos os comitês da Campanha nos estados, composta pelas organizações e movimentos populares, realizam diversas atividades denunciando os agrotóxicos.

Atualmente, mais de 100 organizações compõem esta rede de luta contra os agrotóxicos, entre elas a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que entrou no processo por meio do seu Grupo de Trabalho Agrotóxico e Transgênico.

Irene Maria Cardoso, presidente da ABA e professora da Universidade Federal de Viçosa, afirma que é possível estabelecer um outro projeto sustentável para o campo brasileiro sem o uso de agrotóxicos e cita que vários estudos de cientistas do mundo inteiro mostram que é possível produzir alimentos para sustentar o mundo utilizando os princípios da agroecologia.

"Estes mesmos estudos apontam que para tal, são necessárias políticas públicas que apoiem a agroecologia. Precisa-se tomar medidas sobre como empoderar as mulheres, construir uma assistência técnica e extensão rural horizontalizadas, com reconhecimento e valorização do conhecimento dos agricultores/as e comunidades tradicionais; realizar a reforma agrária, para que mais pessoas se engajem na produção de alimentos", salienta Cardoso.

Recentemente, um assunto que tem impacto direto na saúde humana e que a Campanha vê a necessidade de fazer a crítica ao uso de agrotóxicos, como principal estratégia de controle adotada pelos governos, é o contexto nacional de epidemia das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*.

Desde 1968, que o uso de agrotóxicos no combate a vetores de doenças é feito no Brasil, sem mostrar resultados na diminuição dos mosquitos, nem das doenças, que a cada dia aumentam e se tornam mais letais:

"Os agrotóxicos utilizados nas campanhas de saúde pública são os mesmos contra os quais lutamos na agricultura, e são fabricados pelas mesmas empresas. Ou seja, há motivos para se preocupar com a exposição da população aos venenos, como o Malathion, Fenitrothion ou Pyriproxyfen", alerta Nivia.

Todos eles causam perigosos danos à saúde, sobretudo num contexto de exposição contínua por muitos anos. É comprovado que os mosquitos adquirem sistematicamente resistência aos venenos, o que leva ao aumento da dose ou à introdução de novos venenos.

A Campanha no atual cenário político brasileiro

Segundo Nivia, no âmbito político, o ano de 2015 foi difícil para a luta contra os agrotóxicos. "Mesmo com a realização de ações que ampliaram esta pauta no conjunto da sociedade e denunciaram a questão dos transgênicos, o papel da bancada ruralista e das empresas que tentam fragilizar a ação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de realizar mudança no marco legal dos agrotóxicos, foram grandes implicadores do processo."

Porém, nesse cenário houve avanços na luta pelo campo da ciência. Os lançamentos e debates sobre o Dossiê sobre Agrotóxicos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e as audiências públicas que evidenciaram uma luta de posições no campo político, fortaleceram as correlações de forças.

"As ações dos comitês estaduais também foram fundamentais no diálogo direto com a sociedade, com a realização de feiras, debates, aulas públicas, etc. No campo legislativo, a luta se deu pela ampliação nos Fóruns Estaduais de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e iniciativas parlamentares nos níveis estadual e municipal", cita Nivia.

Algumas iniciativas que expuseram o tema na mídia, como o programa Profissão Repórter, que teve claro posicionamento contra os agrotóxicos e ainda expôs pseudo-cientistas vendidos à indústria de agrotóxicos. O documento divulgado pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), em abril de 2015, teve enorme repercussão e trouxe elementos da associação dos agrotóxicos ao câncer.

Neste ano de 2016, o país se encontra em uma crise política e econômica mais acirrada. O povo tem lidado diariamente com a permanente ameaça de direitos, com a ação conservadora da direita e com o risco de golpe político.

Nivia avalia que é um ambiente favorável para a continuidade e acirramento das derrotas em relação a pauta dos agrotóxicos:

"Podemos usar como exemplo, o não lançamento do Pronara; a ameaça da PL3200 ou Lei dos Defensivos Agrícolas, que tem como objetivo substituir a atual Lei de Agrotóxicos (7802/1989), e altera completamente o sistema normativo de agrotóxicos no país", afirma.

Recentemente, no dia 22 de março, houve a aprovação na Comissão do Parlamento do Mercosul (Parlasul), do PLS 680/2015, que busca alterar o termo agrotóxico por

"produto fitossanitário". Felizmente, o senador Álvaro Dias (PV-PR) voltou atrás e retirou o projeto, por pressão de ambientalistas e movimentos populares.

Situações como essas reforçam a necessidade de cada vez mais ampliar a luta contra os agrotóxicos. Irene coloca que é preciso anunciar o potencial da agroecologia para a produção de alimentos de qualidade:

"É preciso ampliar as parcerias, envolver mais setores organizados do campo e da cidade na Campanha contra os Agrotóxicos. Busquemos formas de aproximar os produtores de alimentos com qualidade daqueles que querem consumir tais alimentos."

Além disso, a Campanha segue afirmando suas principais bandeiras contra o modelo da morte. Entre elas, está a proibição da prática criminosa da pulverização aérea, a exemplo do que ocorre na União Europeia; o banimento de agrotóxicos já banidos em outros países do mundo; o fim das vergonhosas isenções de impostos dadas aos agrotóxicos; a criação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos, para o livre desenvolvimento da agroecologia e o maior controle para evitar a contaminação da água por agrotóxicos.

MDS propõe metas e limites de execução do PAA para 90 prefeituras. Site do MDS, 08/04/2016.

Gestores municipais de 16 estados têm até 28 de abril para confirmar a meta de operação da modalidade de Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília – Noventa prefeituras que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm até 28 de abril para confirmar os limites e metas para a execução da modalidade de Compra com Doação Simultânea em 2016. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) disponibilizou, para estes municípios, em 16 estados, R\$ 29 milhões que atenderão 4.518 agricultores familiares. O PAA Compra com Doação Simultânea é executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e prefeituras. “Periodicamente, o ministério estipula metas de execução junto aos entes federados. Os municípios têm 30 dias a partir da data de publicação da portaria para confirmar as metas”, explica João Paulo

Sotero, coordenador-geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar do MDS.

Com o recurso do programa, são comprados alimentos produzidos pelos agricultores familiares e doados para equipamentos da rede socioassistencial, creches, escolas, hospitais entre outras. Após a pactuação das metas, as gestões municipais elaboram a proposta de participação, na qual constam os nomes dos agricultores, os alimentos, quantidades e as entidades que receberão os alimentos.

Programa investe R\$ 18,6 milhões em assistência técnica a produtores. Cláudia Lafeté – MAPA. 11/04/2016.

Apoio do Mapa objetiva melhoria da qualidade do produto e da gestão das propriedades

O Programa Leite Saudável está selecionando 3.620 propriedades rurais nos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os pecuaristas dessas unidades de produção de leite vão receber assistência técnica e gerencial por 24 meses para que possam melhorar ainda mais a gestão de seus negócios e a qualidade do produto. As ações da primeira fase do programa, que prevê cursos e oficinas de capacitação, estão sendo financiadas com o repasse de R\$ 18,6 milhões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e à Cooperativa para o Desenvolvimento e Inovação da Atividade Leiteira (Cooperideal), localizada em Londrina (PR).

De acordo com a coordenação do programa, também houve atualização dos dados do serviço de inspeção do leite. Em um período de seis meses, o número de análises do produto pela Rede Brasileira de Laboratórios de Qualidade do Leite (RQBL) passou de 3 milhões para 47 milhões.

Além disso, o Mapa e a Embrapa começaram a desenvolver o Sistema de Inteligência para a Gestão da Qualidade do Leite. Quando estiver implantado, o sistema o governo poderá ter o diagnóstico completo da situação do leite no Brasil, mapeando as regiões que se encontram fora dos requisitos de qualidade. Isso permitirá direcionar as políticas públicas de incentivo à cadeia produtiva e as ações de fiscalização.

Outro incentivo do governo às propriedades leiteiras foi a liberação de créditos presumidos do PIS/Cofins. O Mapa está ajudando os produtores a elaborar projetos que buscam essa desoneração. Nos primeiros seis meses, 13 projetos foram aprovados, beneficiando 7 mil produtores, que deverão investir em melhoramento genético, educação sanitária e melhoria da qualidade do leite.

Mais competitividade

Nos últimos seis meses, o Mapa também trabalhou para ampliar mercado às exportações de laticínios. A meta é triplicar o volume de embarques de lácteos para os países com maior potencial de importação, como a Rússia e a China.

Um dos resultados desse esforço foi a habilitação de 23 estabelecimentos de produtos lácteos para negociar com a Rússia. Em 2015, o Brasil exportou 182 toneladas de manteiga e 248 toneladas de queijo para aquele mercado. Neste primeiro trimestre, o volume de embarques saltou para 54 toneladas de manteiga e 189 toneladas de queijo.

O Brasil também está avançando nas negociações com a China, com a atualização do certificado sanitário internacional, pré-requisito para abertura daquele mercado.

Pequenas agroindústrias

Outra conquista foi a elaboração da proposta de regulamentação dos procedimentos, das instalações e dos equipamentos para as pequenas agroindústrias, que elaboram produtos lácteos, como, por exemplo, de queijos artesanais. O Mapa flexibilizou as regras gerais para as pequenas agroindústrias, que tinham que cumprir normas incompatíveis com suas atividades e seu porte físico.

O Programa Leite Saudável, lançado em dezembro de 2015 pela ministra Kátia Abreu, tem sete eixos de atuação: assistência técnica gerencial, melhoramento genético, política agrícola, sanidade animal, qualidade do leite, marco regulatório e ampliação de mercados.

Câmara analisa regulação de "defensivos fitossanitários" — ou seriam agrotóxicos? Mariana Alvim – O Globo, Blog Lauro Jardim. 13/04/2016

Uma comissão especial foi instalada ontem na Câmara para analisar um projeto de lei que regula os "defensivos fitossanitários".

Para ambientalistas, a palavra tem um nome mais apropriado e conhecido: são os agrotóxicos. O Greenpeace já classificou o projeto como "retrocesso" em sua página.

Dos 31 integrantes, 13 são da bancada ruralista — inclusive o autor, a presidente e o relator.

O projeto de Covatti Filho (PP/RS) pretende criar a "Política Nacional de Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental" e delegar a uma futura "Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários" a avaliação e liberação de novos produtos.

Na justificativa, Covatti aborda a controvérsia do tema mas afirma que "o assunto é estratégico para a competitividade agrícola do Brasil no exterior".

A polêmica disputa semântica também fez Álvaro Dias pedir, no final de março, o arquivamento de seu projeto que exigia a troca de "agrotóxicos" por "produtos fitossanitários" na legislação. Segundo o senador, a mudança seria uma adequação a normas vigentes no Mercosul.

Nos esgotos da Câmara, projeto que bota mais agrotóxico na sua mesa tem comissão instalada. Site do MST, 13/04/2016.

Ao contrário das outras tentativas de mudança de lei, desta vez o caso é o pior: trata-se de jogar no lixo a Lei 7802/1898, construída a partir de grande luta da sociedade civil.

Enquanto o país passa por um delicadíssimo momento político, a bancada ruralista segue tramando longes dos holofotes. No dia (12/04), foi criada a Comissão Especial que irá avaliar o PL3200/2015.

Ao contrário das outras tentativas de mudança de lei que temos denunciado aqui, desta vez o caso é o pior: trata-se de jogar no lixo a Lei 7802/1898, construída a partir de grande luta da sociedade civil, e substituí-la por uma "Lei de Defensivos Fitossanitários".

Não é preciso ser um especialista em Direito para entender o golpe. Basta um simples ctrl+F (comando usado para buscar um texto dentro de um arquivo de texto) para observar que a palavra "agrotóxico" desapareceu da lei.

Além disso, o registro por equivalência vai possibilitar mais agrotóxicos para as culturas de baixo suporte de agrotóxicos, que são basicamente aquelas verduras e legumes que temos à nossa mesa.

Mas talvez a parte mais perversa seja a criação da Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários - CTNFito. Essa comissão seria responsável por todo o processo de registro e reavaliação de agrotóxicos, e ficaria à cargo dos ruralistas do Ministério da Agricultura, tirando a saúde (Anvisa) e o meio-ambiente (Ibama) da jogada.

A cereja do bolo é um pequeno detalhe semântico: consta na lei original a proibição do registro de agrotóxicos "... que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas", ou seja, que causem má-formação fetal, mutação genética ou câncer.

No PL3200, o texto foi alterado para "que revelem um risco inaceitável para características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas". Ou seja, o que antes não podia, agora pode.

No caso do projeto do Dep. Álvaro Dias, a pressão popular fez ele retirar o projeto que alterava o nome agrotóxico para defensivo. Agora, é fundamental que a sociedade não deixe mais esse golpe na nossa saúde passar.

O autor da proposta é o Dep. Covatti Filho (PP-RS), ruralista novato, mas filho e colega de tantos outros ruralistas conhecidos.

UE estuda encurtar prazo para renovação comercial do glifosato. Bettina Barros – Valor Econômico. 13/04/2016.

O Parlamento Europeu votou hoje uma resolução que pede a redução do prazo de renovação comercial do glifosato de 15 para 7 anos. Os parlamentares alegam preocupações com o impacto na saúde humana do herbicida, utilizado amplamente tanto em propriedades rurais quanto para jardinagem. A resolução obteve 374 votos favoráveis, 225 contrários e 102 abstenções.

A mudança deve ser analisada pela Comissão Europeia, o braço executivo da União Europeia.

Os parlamentares pediram também uma revisão independente sobre o produto e a publicação de todas as evidências científicas utilizadas pela Autoridade Europeia para Segurança Alimentar (EFSA, na sigla em inglês).

Além disso, afirmam que a Comissão Europeia deveria reprovar qualquer uso do glifosato que não seja profissional — na produção rural —, sobretudo próximo a áreas públicas como parques, jardins e playgrounds.

Ministra e governadora de Roraima discutem ações contra febre aftosa no estado. Priscilla Mendes – MAPA. 13/04/2016.

Kátia Abreu e Suely Campos acertam calendário de auditorias avaliar medidas de combate à doença

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) recebeu nesta quarta-feira (13) a governadora de Roraima, Suely Campos, para tratar do combate à febre aftosa no rebanho roraimense. O estado trabalha para obter o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa com vacinação e tem contado com o apoio do Mapa para fortalecer suas ações de defesa sanitária.

Kátia Abreu e a governadora acertaram o calendário para realização de auditorias no estado e reafirmaram a disposição de avançar com o programa de vacinação. Roraima deu início em 1º de abril à sua campanha contra a febre aftosa.

Quando Roraima, Amazonas e Amapá erradicarem a doença, o Brasil poderá pleitear junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) o status de país 100% livre de febre aftosa.

Vigilância agropecuária protege as fronteiras do país contra a febre aftosa. Cláudia Lafeté - MAPA. 14/04/2016.

Trabalho é fundamental para manter o maior rebanho bovino comercial do mundo e garantir mercados

A febre aftosa é um dos principais focos do sistema brasileiro de defesa sanitária. Embora o país não registre nenhum caso desde 2006, a doença exige vigilância permanente nos 15,7 mil quilômetros de fronteira com outros países. “A extensão continental do Brasil necessita de uma grande articulação para fortalecer o nosso sistema de proteção animal e vegetal”, diz o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luís Rangel.

O país tem o maior rebanho comercial do planeta, com quase 214 milhões de cabeças, e lidera o ranking das exportações globais de carne bovina. Segundo a Coordenação de Febre Aftosa do Mapa, o controle é importantíssimo do ponto de vista econômico, para manter o acesso aos mercados. Isso porque os países compradores de carne estabelecem fortes barreiras à entrada de animais suscetíveis à doença e aos produtos provenientes de regiões com ocorrência de aftosa.

A vigilância agropecuária do Mapa atua na fronteira com o Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O território brasileiro tem 588 municípios na faixa de fronteira, espalhados por 11 estados: Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As ações do Ministério na faixa de fronteira são feitas em parceria as Forças Armadas, Polícia Federal, Receita Federal e órgãos de defesa agropecuária dos governos estaduais e dos produtores rurais.

De acordo com Rangel, o envolvimento do setor produtivo é fundamental nesse processo vigilância sanitária. “Os pecuaristas são os responsáveis pela vacinação dos animais contra a aftosa e pela notificação às autoridades de qualquer situação anormal que possa representar ameaça aos rebanhos. Por isso, precisamos do apoio deles para manter a sanidade do nosso gado”.

Universo de trabalho

Das 27 unidades da Federação, 23 são livres de aftosa com vacinação. Santa Catarina já superou a doença e não imuniza mais o rebanho. Amapá, Amazonas e Roraima ainda não são reconhecidas como zonas livres com vacinação, porque ainda não têm os requisitos necessários no sistema de vigilância estadual. Nesses estados, o Mapa vem reforçando a infraestrutura, por meio de convênios, para a compra de equipamentos e veículos.

Se Amapá, Amazonas e Roraima conseguirem o status livre da doença com vacinação, o Brasil vai pleitear esta condição para todo o todo território nacional junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em maio de 2017, em Paris.

Segundo o coordenador-geral de Suporte Estratégico do Mapa, Jorge Caetano, o desafio de manter a sanidade dos animais requer constante avaliação da vulnerabilidade da fronteira, ou seja, se ela é seca ou fluvial e se a fronteira é seca ou fluvial e se há cidades-gêmeas (aquela que estão nos lados da linha de fronteira). Os fiscais do Mapa verificam também se há possíveis hospedeiros de agentes de doenças na faixa de fronteira, em explorações agrícolas ou pecuárias.

O exercício da vigilância na faixa de fronteira permite ao Mapa concentrar ações de fiscalização em áreas com maior risco. “O último episódio de febre aftosa registrado no Brasil ocorreu há dez anos no Mato Grosso do Sul e Paraná. Os estados ficam numa faixa particularmente vulnerável pela inexistência de barreiras naturais”, lembra Caetano.

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) fiscaliza rotineiramente, de forma direta, cargas em áreas alfandegadas: postos de fronteira, aeroportos, portos e estações aduaneiras do interior. Entretanto, na faixa de fronteira, em áreas não alfandegadas, a fiscalização precisa ser estabelecida em cooperação com outros órgãos federais e, ainda, com órgãos estaduais. As ações do Vigiagro são realizadas nas Unidades de Fronteira Unidades de Vigilância Agropecuária (Uvagros).

Outra ação permanente do Mapa é o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA), que tem como principal estratégia a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). No segundo semestre de 2015, a vacinação contra a aftosa atingiu um índice de cobertura de 98,17% do rebanho bovino e bubalino brasileiro.

Reforço no monitoramento

A proteção da área fronteira teve grande reforço no ano passado, quando a ministra Kátia Abreu lançou o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária na Faixa de

Fronteira. Os investimentos previstos para o fortalecimento de ações sanitárias e fitossanitárias são de R\$ 125 milhões, por um período de cinco anos.

Kátia Abreu também criou a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (FN-Suasa), responsável pelo controle de situações epidemiológicas, desastres ou assistência aos rebanhos e às lavouras. A FN-Suasa será convocada, por exemplo, quando for declarada emergência sanitária ou fitossanitária e atuará com outras áreas do governo e instituições parceiras.

Vacinação contra febre aftosa começa nesta sexta-feira (15) em Rondônia. Cláudia Lafeté – MAPA. 14/04/2016.

Produtores são obrigados a imunizar bovinos e bubalinos

A primeira etapa da vacinação contra a febre aftosa, em Rondônia, começa nesta sexta-feira (15). A imunização é obrigatória para os animais com idade até 24 meses e se estenderá até 15 de maio.

Em Roraima, a campanha começou no dia 1º de abril e todo o rebanho deve ser vacinado até o fim de maio. Segundo a Coordenação de Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a previsão é que os dois estados vacinem, juntos, cerca de 6,3 milhões de bovinos e bubalinos.

A Coordenação-Geral de Programas Sanitários lembra os produtores são responsáveis pela imunização do próprio rebanho. Depois de vacinar os animais, eles devem fazer uma declaração, com informações sobre a faixa etária dos animais imunizados, e entregar o documento nas unidades locais de atenção veterinária do estado.

Em março, a campanha contra a febre aftosa começou no Amazonas e no Pará. Juntos, os dois estados têm 22,17 milhões de cabeças (1,28 milhão o Amazonas e 20,88 o Pará), o que representa pouco mais de 10% do rebanho brasileiro, de cerca de 214 milhões de animais.

Em maio, a vacinação será obrigatória na maioria dos estados e no Distrito Federal

Município alagoano vai adquirir 26 toneladas de alimentos da agricultura familiar.
Site do MDS, 14/04/2016.

Messias, cidade localizada a 45 quilômetros de Maceió, lançou chamada pública de Compra Institucional por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Brasília – A prefeitura de Messias (AL), município localizado a 45 quilômetros de Maceió, está com chamada pública aberta para a compra de alimentos da agricultura familiar. Até o próximo dia 20, agricultores, cooperativas e associações podem encaminhar propostas para participar da seleção. No total, serão adquiridas mais de 26 toneladas de alimentos por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Os produtos – grãos, hortaliças, frutas e legumes entre outros – vão abastecer, até o final do ano, as unidades de saúde do município e o Centro de Referência de Assistência Social (Cras). O investimento previsto para a compra é de aproximadamente R\$ 164 mil.

A documentação deve ser entregue, no período da manhã, na sede administrativa da prefeitura, que fica na Rua Elpídio Cavalcante Lins no Centro da cidade alagoana. A entrega dos alimentos já começa em maio. Podem participar da chamada pública, organizações e associações de agricultores familiares, de povos tradicionais e de famílias vinculadas a assentamentos da reforma agrária que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Em 2013, Viçosa (AL) foi a primeira prefeitura do país a aderir à modalidade do PAA. Em todo Brasil, 10 prefeituras já realizaram 16 chamadas públicas para adquirir alimentos da agricultura familiar neste formato, com investimento total de R\$ 3 milhões.

O diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, André Grossi Machado, explica que a modalidade Compra Institucional simplificou o sistema de compras, e possibilitou o desenvolvimento da economia regional. “A economia fica mais dinâmica, pois quem está mais próximo da demanda pode garantir melhores preços e mais qualidade, com um custo menor”, afirmou. “As compras por

meio desta modalidade possibilitam a valorização dos alimentos e da produção local, dando espaço para uma alimentação mais natural.”

Solo: o maior patrimônio do produtor rural. CNA. 15/04/2016.

O solo é um recurso não renovável e é considerado o principal patrimônio da propriedade rural. O uso adequado é fundamental para a sustentabilidade ambiental, para a segurança alimentar mundial e para a manutenção da produção e produtividade das áreas agrícolas. Nesta sexta-feira, 15 de abril, é comemorado o Dia Nacional da Conservação do Solo e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), as federações da agricultura e pecuária dos Estados e sindicatos de produtores rurais estão honrados em homenagear os produtores rurais que cuidam, preservam e contribuem com o correto manuseio das terras brasileiras.

Para buscar segurança alimentar, conservação do solo, do meio ambiente e da fixação do produtor rural no campo, é necessário o equilíbrio entre o uso intensivo do solo e seu uso sustentável. O grande desafio, no Brasil, é a implementação de ações que visem melhoria das características produtivas, sem abrir mão de medidas que garantam sua conservação.

E com o foco nisso, a CNA promove ações no setor público e privado sugerindo direcionamentos em pesquisa, fomentando e realizando a assistência técnica. Para o presidente da Comissão Nacional do Meio Ambiente, da CNA, Rodrigo Justus, “o grande desafio do uso sustentável do solo é a efetiva implementação de políticas públicas e programas, no sentido de salvaguardar as características produtivas e a produtividade, por meio de ações de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, recuperação de áreas degradadas e zoneamentos agroecológicos”, afirma.

Métodos e Técnicas de Conservação do Solo:

- O plantio direto, técnica conservacionista de manejo do solo, é praticado no Brasil desde a década de 70, com benefícios de manutenção da umidade do solo, acúmulo de carbono, ganhos expressivos de produtividade e mitigação das emissões de gases do efeito estufa.
- Disseminação dos Sistemas Agroflorestais (SAF'S) e do uso da técnica denominada

Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF), que promovem o desenvolvimento dessas atividades em sinergia, conservando a biodiversidade, os recursos do solo e da água, aumentando a fixação do carbono atmosférico e elevando a produtividade das propriedades.

- Curvas de nível: o plantio deve ser feito paralelamente às curvas de nível, uma vez que essa é uma ótima prática de contenção de enxurrada. A curva de nível contribui para conter as erosões, pois evita que a água da chuva desça com grande velocidade.
- Uso de terraço: nessa técnica retém a água, impossibilitando a formação de escoamento de enxurrada.

Conheça abaixo histórias de produtores dos estados de Tocantins e Mato Grosso Sul. Os textos foram produzidos em colaboração com as Assessorias de Comunicação das Federações da Agricultura e Pecuária e Administrações Regionais do SENAR dos respectivos estados.

FAET

Um dos bons exemplos sobre a importância da preservação e conservação do solo vem do Tocantins, do município de Pedro Afonso, região Norte do Estado, onde o agropecuarista Edmar Correa, que também é presidente do Sindicato Rural do município, percebeu que, se o solo não receber tratamento adequado pode perder suas propriedades naturais e se tornar infértil. Foi nesse momento que decidiu tomar algumas medidas para evitar grandes perdas na sua produção de soja que ocupa uma área de mais de 1,7 mil hectares.

Uma das ações foi a conservação da vegetação nativa, uma vez que, além de evitar o desmatamento, também possui características que conservam o solo. Paralelo a isso, foi feito o combate a erosão, por meio do sistema de curvas de nível, que retém a água da chuva, evitando as enxurradas e alimentando o lençol freático.

Edmar conta que também utilizou na sua produção o sistema de plantio direto, técnica que realiza o plantio sobre os restos da colheita anterior, sem a necessidade de utilizar uma nova gradagem da terra, evitando a exposição do solo aos fatores climáticos e o seu desgaste. Além disso, ganha no combate à erosão e aumenta a produtividade.

FAMASUL

Em apenas um ano, o produtor rural de Figueirão, município localizado a 248 km da capital sul-mato-grossense, Ismael Menegusso, modificou o panorama de sua propriedade com ações sustentáveis adquiridas após aderir ao Mais Inovação, programa de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR de Mato Grosso do Sul, voltado à recuperação de pastagens.

Em sua propriedade, um ano após a capacitação, ficou mais fácil e rentável aliar conservação ambiental e produção. "Eu grudei uma área de 37 hectares, coloquei calcário no solo e plantei milho e braquiária", explica o produtor. Com isso, conseguiu uma rentabilidade surpreendente. Se no ano passado, Menegusso tinha a produtividade de meia cabeça por hectare, hoje a produção é de duas cabeças e meia por hectare.

Programa Mais Inovação – Iniciado no estado em 2012, pelo SENAR/MS, uma das instituições que compõe o Sistema FAMASUL, o programa de assistência técnica atua na inserção de inovação tecnológica no campo, áreas do conhecimento voltados à produção, focando sempre no resultado por meio de orientações na aptidão de uso do solo, oportunidades de produção, gestão, comercialização, logística e construção de planos de negócios das atividades desenvolvidas.

Desde o início das atividades houve crescimento de 293% no atendimento, com 188 produtores rurais assistidos em 31 municípios de Mato Grosso do Sul. A metodologia utilizada na programa está fundamentada em cinco etapas: diagnóstico produtivo individualizado, planejamento estratégico, adequação tecnológica, capacitação profissional e avaliação sistemática de resultados.

Gigante alimentício diz que certos produtos são para consumo 'ocasional'. O Globo, Saúde. 15/04/2016

Multinacional terá selos em itens a serem consumidos diariamente ou ocasionalmente

RIO - A gigante alimentícia que controla alguns dos produtos processados mais consumidos no mundo, como os molhos Dolmio e o arroz Uncle Ben's, disse que alguns desses alimentos devem ser ingeridos apenas uma vez por semana devido à alta concentração de sal, açúcar e gordura.

A multinacional disse ainda que algumas comidas têm níveis tão altos de sal, açúcar e gordura que os alimentos perdem seu gosto "autêntico". As informações foram divulgadas quando a empresa anunciou que vai lançar um selo para as suas embalagens com as classificações "todos os dias" e "ocasionalmente", para fazer essa distinção, que também vai ficar clara no site da companhia.

Mas, segundo a companhia informou ao site da "BBC", no Reino Unido, apenas 5% de seus produtos serão classificados como itens a serem consumidos "ocasionalmente". Neste universo, estão justamente o molho de tomate, usado em lasanhas e macarronadas, e o molho oriental Uncle Ben's.

As medidas foram elogiadas por uma organização que promove conscientização sobre a obesidade, um dos maiores problemas de saúde no mundo hoje. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), hoje o planeta tem mais pessoas com obesidade (640 milhões) do que abaixo do peso. Além disso, o número de diabéticos aumentou em quatro vezes desde 1980. "

"A Mars está sinalizando um movimento em direção a alimentos mais saudáveis há anos", disse Tam Fry, do Fórum Nacional da Obesidade, em entrevista à "BBC".

Você sabe o que são as PANCs? Existem cerca de 10 mil espécies delas no Brasil. Juliana Carreiro – O Estado de São Paulo, Vida &Estilo. 18/04/2016.

Plantas pouco conhecidas por aqui podem auxiliar no combate à fome, no barateamento dos alimentos e na promoção da saúde.

Você já comeu uma ora pro nobis? Conhece a azedinha? Já ouviu falar na taioba? Elas são chamadas de PANCs, Plantas Comestíveis Não Convencionais, e veem sendo alvo de muitos estudos científicos. São altamente nutritivas, baratas e disponíveis. Combinam com as discussões sobre o preço dos produtos naturais, sobre a oferta de alimentos no futuro, sobre os benefícios dos orgânicos, o combate a fome e até sobre a utilização dos alimentos como promotores de saúde, mas, infelizmente ainda passam despercebidas pelos brasileiros. Para saber mais sobre elas, conversei com a diretora da VP Consultoria em Nutrição Funcional, Valéria Paschoal, que participa de um grupo de estudos sobre estes alimentos.

-O que são Plantas Comestíveis Não Convencionais?

Valéria Paschoal: São plantas silvestres, selvagens, que nascem espontaneamente em todo o planeta e não precisam de cuidados, por isso garantem uma biodiversidade muito grande em todas as regiões. Essas plantas guardam propriedades nutricionais importantes, mas elas são mais conhecidas como ervas daninhas, como o mato que “atrapalham” as grandes plantações. Nós temos no mundo todo por volta de 25 mil espécies de plantas comestíveis, o Brasil tem de 15 a 20% dessa biodiversidade, o que representa de 8 a 10 mil espécies. Mas, pelo hábito alimentar globalizado, nem 300 espécies estão sendo consumidas. Há algumas décadas elas eram muito mais utilizadas pelos brasileiros, como os índios, por exemplo, que são os que mais as utilizam até hoje. Como a agricultura convencional é voltada para aqueles alimentos que têm mais procura, elas são deixadas de lado.

Flor de ora pro nobis

-Elas são comercializadas?

Valéria Paschoal: Muito pouco, talvez você encontre algumas delas em feiras orgânicas. Nós precisamos fazer um trabalho para apresentá-las aos comerciantes da área, aos feirantes e aos profissionais que decidem o que será vendido nos hortifrutis e nos supermercados, para que eles disponibilizem estes alimentos de baixíssimo custo para o grande público. Como as pessoas não as conhecem também não as compram, então o comércio também não trabalha com elas. É necessário também apresentá-las aos consumidores. Já foi feita uma catalogação das PANCs de todo País e elas estão separadas por região. Eu moro em Bauru, lá temos as plantas do Cerrado, tem muito pequi, caruru e ora pro nobis, que também é muito presente em Minas Gerais. No ano passado teve um Festival Gastronômico de ora pro nobis por lá. Há várias receitas que podem ser preparadas com elas, como sopas, tortas, refogados e o seu custo é muito baixo ou até nenhum. Nas técnicas de agricultura orgânica e biodinâmica estas plantas são consideradas ervas daninhas e são mantidas aonde estão com o intuito de proteger as plantações das hortaliças convencionais, porque atraem os possíveis predadores para elas.

-Como tem sido feito o trabalho de pesquisa sobre elas?

Valéria Paschoal: As pesquisas ainda estão na fase inicial, mas hoje nós já concluímos os estudos científicos de cerca de 50 PANCs. Eu faço parte da ONG CSA, Agricultura Sustentada pela Comunidade, que foi fundada no Japão e hoje já está presente no

mundo inteiro, veio para o Brasil há uns cinco anos. Nós fazemos um trabalho de resgate dos bons hábitos alimentares no Jardim Europa, um conglomerado de cinco comunidades carentes que fica em Bauru, interior de São Paulo. Há cerca de quatro anos fomos fazer uma plantação de orgânicos por lá, tiramos todo o lixo e começamos a plantar alface, rúcula, as hortaliças convencionais, até que eu me deparei com as PANCs e passei a conhecê-las. Há cerca de um ano, formamos um grupo de pesquisa com representantes da VP Consultoria, da área de biologia da Unesp e das áreas de nutrição, de biologia e de gastronomia da UFSC de Bauru. Deste então, estamos resgatando estas plantas para estudá-las e reconhecer o seu valor nutricional, este é o papel da equipe da nutrição. Já a de biologia cuida da parte de identificação das plantas, isto é muito importante porque elas podem ser facilmente confundidas com espécies que não são comestíveis. A taioba é uma delas, ela tem um formato muito específico, é uma folha verde clara, grande, no formato de um coração, mas existem mais de 100 espécies de plantas com esse formato e algumas são altamente tóxicas. Por isso é preciso ter certeza do que se irá consumir, não se pode andar no mato, olhar uma folha, imaginar que seja a taioba e consumir, é melhor conversar com a população local que está habituada com elas ou comprá-las de produtores. No Rio de Janeiro a taioba é muito consumida e facilmente encontrada em feiras orgânicas. Agora nós queremos acompanhar os hábitos alimentares da população do Jardim Europa, que já as consome há muitas décadas e verificar como está o seu estado de saúde. Hoje os moradores de lá já têm as suas plantações, trocam os excedentes ou até os comercializam, eles vendem taioba, pequi e ora pro nobis para o próprio CSA.

Folha de azedinha

-Quais são os principais valores nutricionais das PANCs?

Valéria Paschoal: O fato destas plantas serem utilizadas como “protetoras” das plantações fez com que elas adquirissem uma grande resistência aos predadores e, com isso, elas ganham um teor proteico maior e um teor de fitoquímicos maior do que as hortaliças mais protegidas, de forma natural ou artificial. Os fitoquímicos têm a importante missão de combater os processos inflamatórios do nosso organismo. A ora pro nobis tem o teor proteico maior do que o do feijão, é muito rica em ferro e vitamina A e pode ser plantada em qualquer lugar. Se eu te der uma muda e você deixá-la no quintal da sua casa ou na sua varanda, logo ela florescerá e irá formar uma cerca viva,

as pessoas acham lindo, mas nem imaginam que é comestível. É uma boa forma de substituir a carne, para quem não tem condições de pagar por ela, com a alta nos preços, por exemplo. 100 gramas de folha de vinagreira correspondem a 60% da nossa necessidade diária de ferro e ela também cresce com muita facilidade. A flor de ibisco, que é muito consumida em forma de chá, tem inúmeras propriedades anti-inflamatórias e antioxidantes. As sementes do caruru podem ser adicionadas à preparações doces ou salgadas e são muito ricas em fitoquímicos, que ajudam até a regular a pressão arterial. O camu camu, muito presente no Norte e no Nordeste do País, é muito rico em fitoquímicos, em Vitamina C e ainda ajuda no combate ao aumento da pressão arterial. É muito importante ressaltar que as PANCs não podem ser consumidas cruas, têm que passar no mínimo por uma água fervente. Recentemente fizemos uma oficina no Jardim Europa e levamos um chef de cozinha que nos ensinou a fazer charutos de repolho com a taioba no lugar do repolho e ficaram ótimos. No recheio foi preparado um arroz com caruru, que parece uma couve, também ficou muito bom.

-Como poderia ser feito um trabalho de divulgação destas plantas em outras regiões do País?

Valéria Paschoal: O ideal seria que se distribuísse mudas para serem plantadas nas praças e terrenos baldios das cidades. Estas plantas são muito boas também para as áreas urbanas, principalmente porque não precisam de cuidados. Hoje já há um projeto sendo realizado em escolas públicas do Sul com a criação de hortas feitas de PANCs. Mesmo após as férias escolares, quando as escolas ficam fechadas por dois meses ou mais, é possível encontrar uma grande quantidade de hortaliças em boas condições de consumo. O trabalho de divulgação destas plantas nas escolas é ideal para que as crianças levem esse conhecimento para os pais e para que sejam consumidores conscientes no futuro, por isso seria muito bom ampliá-lo para outras cidades. Acredito que as PANCs têm um grande potencial para protagonizarem uma nova forma de produção e consumo de alimentos naturais, que podem colaborar com o combate à fome e com a promoção da saúde.

Assentados e agricultores familiares participam de feira ecológica na capital gaúcha. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/04/2016

Com 16 bancas instaladas na Travessa Lanceiros Negros, três delas de assentados da reforma agrária e o restante de agricultores familiares, acontece nesta terça-feira (19), a terceira edição da Feira Ecológica da Auxiliadora, em Porto Alegre. Das 7h às 13h, são comercializados semanalmente produtos agroecológicos – de hortaliças a sucos.

Famílias dos assentamentos Itapuí, do município de Nova Santa Rita e Integração Gaúcha, de Eldorado do Sul, ambos municípios da região metropolitana da capital gaúcha, levam verduras, hortaliças, arroz orgânico, além de frutas da estação.

João Carlos Wink, assentado desde 1988 no assentamento Itapuí, conta que planta em cinco hectares batata-doce, aipim, alface, pimenta, pimentão, berinjela, moranga, couve, repolho, brócolis, rabanete, beterraba e alho-poró. “Abasteco com meus alimentos cinco escolas municipais rurais de Nova Santa Rita e, agora, a feira da Auxiliadora”, menciona entusiasmado.

Solicitação dos Moradores

Sandra Rodrigues, profissional da Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos Ltda (Coptec), uma das prestadoras de assistência técnica contratada pelo Incra regional, menciona que a feira foi implantada por solicitação da Associação dos Moradores do Bairro Auxiliadora e por decisão do Conselho de Feiras de Porto Alegre. “Para nós é fundamental cada família produzir para si e para a sociedade alimentos saudáveis”, afirma.

O servidor Décio Monteiro diz que repassou para os feirantes equipamentos do Programa de Abastecimento Popular da Reforma Agrária/Terra Sol, do Incra. “Conseguimos disponibilizar parte de um kit-feira como balança, aventais, bonés, caixas de transporte e placas de preço”, destaca.

“PAA fortaleceu nosso Banco de Alimentos”. Site do MDS, 18/04/2016.

Em João Pessoa (PB), 80% dos produtos distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade vêm do programa

Brasília – Semanalmente, cerca de 30 toneladas de alimentos são distribuídos a mais de 11 mil famílias em situação de vulnerabilidade social em João Pessoa (PB). Elas são atendidas pelo Banco de Alimentos do município, que há oito anos trabalha para promover a segurança alimentar e nutricional daqueles que mais necessitam. Além dessas famílias, também são beneficiadas outras 6.500 pessoas em hospitais e asilos.

Segundo a coordenadora do Banco de Alimentos, Mariângela Pinto, 80% dos produtos vêm do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pelo município há cinco anos, e que conta com a participação de cerca de 500 agricultores familiares. “O PAA veio para fortalecer a política de segurança alimentar e também o Banco de Alimentos. Antes, não estávamos conseguindo suprir toda a demanda de famílias cadastradas somente com os colaboradores”, reforça.

Além do PAA, o Banco de Alimentos também recebe produtos da “cadeia do desperdício”, abastecida pelas redes de atacado, supermercados, mercado público e dos próprios agricultores. Esses alimentos são aqueles que perdem o valor comercial, mas não nutricional. “Nossa equipe técnica formada por nutricionista e assistente social recebe e faz a seleção desses alimentos que provavelmente iriam para o lixo”, acrescenta.

O município atende 109 entidades beneficiárias. Para Mariângela, o trabalho da assistência social é fundamental na identificação das pessoas em situação de vulnerabilidade que mais necessitam dos alimentos. “A assistente social vai *aloco* para checar a necessidade de determinada comunidade, porque os vulneráveis têm prioridade para receber os alimentos”.

A coordenadora destaca ainda a importância do planejamento para atender toda a demanda. Segundo Mariângela, o diferencial do Banco de Alimentos de João Pessoa está na gestão. Planilhas são usadas para organizar a quantidade e variedade dos produtos que recebem. “Isso facilita o trabalho porque a agricultura familiar tem uma característica muito dinâmica e imediata. Por conta disso precisamos ter uma estratégia flexível para ambos os lados darem certo”.

Os alimentos distribuídos são variados, como macaxeira, inhame, batata doce, feijão verde, e frutas. “Somos o elo entre o produtor e o consumidor. A importância do Banco é identificar o público prioritário e dar segurança a eles, inserindo-os na política de segurança alimentar”, conclui.

Mostra – A estratégia de João Pessoa “Ferramentas de gestão de Banco de Alimentos: um estudo de caso do município de João Pessoa/PB” foi uma das 12 selecionadas para participar da I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos, que será realizada nos dias 5 e 6 de maio, em Brasília. O evento também terá a apresentação em pôster de outros 100 trabalhos.

As inscrições para participar da Mostra estão abertas e podem ser feitas aqui. O evento, realizado pelo MDS em parceria com outras instituições, tem como objetivo promover o compartilhamento de experiências e vivências do trabalho nos Bancos de Alimentos.

Incra/ GO participa da Agro Centro-Oeste Familiar 2016 cujo tema é Agroecologia. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/04/2016

A Superintendência Regional do Incra em Goiás vai participar da Agro Centro-Oeste Familiar - a ser realizada na cidade de Urutaí entre os dias 27 e 29 de abril de 2016 -, com cerca de 400 assentados, sendo 16 expositores. Além disso, a autarquia federal, por meio de seus técnicos, ministrará palestras e participará de mesas redondas e rodas de conversa que abordarão temas diversos, como: Cadastro Ambiental Rural (CAR); regularização fundiária; assistência técnica, educação no campo.

Dentro da programação da Agro Centro-Oeste, que neste ano tem a Agroecologia como tema central, está confirmada a assinatura de um protocolo de intenções do Programa Jovem Técnico de Raiz, criado pelo Incra. O documento será celebrado entre Instituto, a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Goiás (DFDA/GO), Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CTDRS); Escolas Famílias Agrícolas (EFA/GO) e empresas de assistência técnica contratadas pelo Incra/GO. Esse protocolo enseja que o filho de assentado, com formação em cursos de técnicas agropecuárias, possa receber lote da reforma agrária tendo como contrapartida tornar-se prestador do serviço de assistência técnica para agricultores familiares da sua região.

O superintendente regional do Incra/GO, Jorge Tadeu Jatobá Correia, observa que essa iniciativa visa fixar o jovem rural na terra, oferecendo oportunidade de moradia e renda, além de promover o desenvolvimento local. No entanto, lembra que a ação é de caráter espontâneo e está estritamente relacionada à realidade das comunidades e da disponibilidade de parcelas, não gerando ônus obrigatório ao Incra.

A 14ª edição da Agro Centro-Oeste Familiar será no Campus Urutaí do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), instituição que este ano coordenou a organização da feira. Desde a primeira edição, o Incra/GO participa ativamente da Agro Centro-Oeste Familiar.

Para este ano de 2016, a autarquia investirá R\$ 120 mil na realização da feira, por meio do Programa Terra Sol, além de recursos correntes do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A Agro Centro-Oeste conta ainda com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Governo do Estado de Goiás; Prefeitura Municipal de Urutaí; Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater/GO); Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); universidades; movimentos sociais de luta pela terra, entre outros apoiadores.

Histórico

A Agro Centro-Oeste é realizada anualmente desde 2000. O evento surgiu na Universidade Federal de Goiás (UFG) como um projeto de extensão com o propósito de proporcionar oportunidades de negócios e acesso ao conhecimento. A partir de 2005, o enfoque da Feira se voltou para a agricultura familiar, devido às limitações que os agricultores enfrentam, principalmente a baixa diversificação dos sistemas de produção.

O objetivo norteador da Agro Centro-Oeste Familiar é promover a agricultura familiar como segmento produtivo essencial para a geração de emprego, renda e produção de alimentos saudáveis para a população. Na programação, estão previstas feira livre, exposição de produtos e serviços da agricultura familiar, salas de seminários temáticos, oficinas e cursos práticos, dias de campo, eventos culturais e visitas técnicas. Esta é 14ª edição do evento, a segunda coordenada pelo IF Goiano e realizada no interior de Goiás.

AL e Caribe definem agenda para combate à insegurança alimentar. CONAB. 20/04/2016.

Representantes de diversos países latino-americanos e caribenhos estão reunidos na Bolívia, entre hoje (20) e amanhã (21), para definir uma agenda estratégica para o fortalecimento das empresas públicas de abastecimento ao longo de 2016, com foco no combate à insegurança alimentar e na estruturação dos sistemas públicos de apoio ao abastecimento e à comercialização da região.

A discussão faz parte da IV Reunião Técnica Regional da Rede de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos na América Latina e no Caribe. O Brasil integra a Rede por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Durante a reunião, também serão definidas questões técnicas como a inclusão de novos países e a aprovação do regimento da Rede. O encontro é coordenado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Participam representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Nicarágua, Panamá, San Vicente e Granada, Uruguai e Venezuela.

A Rede de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização foi lançada em 2015, durante reunião promovida pela FAO em Brasília, como o objetivo de promover um diálogo que permita identificar complementaridades e interesses em comum, remover obstáculos e aproveitar oportunidades para o fortalecimento das empresas e mecanismos públicos de abastecimento.

Dieta vegana evitaria conversão de florestas em lavouras, diz estudo. Fábio de Castro – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 20/04/2016

Cientistas mostraram impactos do tipo de alimentação no meio ambiente; dietas ricas em carne favorecem desmatamento

SÃO PAULO - Quanto mais as dietas ricas em carne ganharem espaço no mundo, mais difícil será alimentar toda a humanidade sem transformar florestas em plantações, segundo um novo estudo publicado na revista científica *Nature Communications*.

De acordo com os autores do estudo, do Instituto de Ecologia Social de Viena (Áustria), é possível produzir alimentos suficientes para a crescente população mundial sem a necessidade de desmatar. No entanto, as chances de conseguir esse feito variam de acordo com a dieta predominante da população.

A equipe de cientistas, liderada por Karlheinz Erb, traçou 500 cenários diferentes nos quais uma produção sustentável de alimentos seria possível até 2050, sem converter florestas em plantações. Para que 100% dos cenários fossem viáveis, seria preciso que todos os habitantes do mundo adotassem uma dieta vegana - aquela que exclui todos os produtos de origem animal.

Caso a população do planeta se tornasse totalmente vegetariana, 94% dos cenários de produção sustentável seriam possíveis. Caso a combinação de dietas predominantes atualmente seja mantida, cerca de 60% dos cenários seriam viáveis. Caso a atual dieta ocidental - com altos níveis de consumo de carne - passe a predominar em todo o planeta, só 15% dos cenários seriam factíveis.

Segundo Erb, para traçar os cenários em que seria possível preservar as florestas e alimentar uma população em expansão, diversos fatores foram considerados, incluindo tecnologias agrícolas, sistemas pecuários, extensões de plantações e a variedade de dietas humanas.

"De acordo com nossa análise, o comportamento nutricional humano é o componente mais importante. Se a população mundial tivesse uma dieta vegana, todas as combinações de parâmetros seriam factíveis, mesmo aquelas com os níveis mais baixo de rendimento e de expansão das plantações", afirmou Erb.

Segundo ele, embora uma mudança completa da dieta de toda a população mundial seja obviamente pouco realista, a análise ilustra o imenso impacto das dietas nas futuras opções de desenvolvimento.

Os resultados, de acordo com Erb, mostram claramente que a preservação das florestas se torna mais difícil à medida que produtos animais são mais consumidos. Com uma dieta que envolve um alto consumo de carne, apenas 15% dos cenários analisados permitiriam a preservação de áreas florestais.

De acordo com Erb, todos os cenários se baseiam em níveis intensivos de gestão agrícola e com a expansão maciça das plantações para áreas hoje utilizadas como

pastos. No entanto, a pecuária e o uso dos pastos podem também produzir efeitos benéficos. A criação de gado, segundo Erb, permite o uso de área que não pode ser empregadas na agricultura e, assim, contribui para a disponibilidade de alimentos. O efeito benéfico se perde, por outro lado, caso os animais sejam predominantemente alimentados com produtos agrícolas.

"O objetivo de fornecer comida suficiente para toda a população global - algo que ainda não foi atingido - significa que o uso da terra terá que ser expandido para áreas como pastagens naturais - que atualmente são usadas para agricultura de subsistência e que abrigam uma considerável fração da biodiversidade global. Por outro lado, também significa um imenso aumento dos fluxos globais de comércio de comida, já que muitas regiões não são capazes de alimentar sua população domesticamente, mesmo em um mundo no qual a produção média seja suficiente", afirmou Erb.

Segundo Erb, os resultados da pesquisa são especialmente importantes no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). "Os resultados ilustram que os objetivos desenvolvidos para proteger as florestas, centrais para a proteção do clima e para a conservação da biodiversidade, não entram necessariamente em conflito com a segurança alimentar da população mundial", declarou.

Garantia de mercado à agricultura familiar. Janete Lima. Site do MDA, 22/04/2016.

Os programas de compras públicas representam para a agricultura familiar o reconhecimento da capacidade de geração de valor, por parte de milhares de organizações produtivas, representando outros milhares de agricultores familiares e demais povos e comunidades tradicionais em todo o país, segundo o coordenador de Apoio à Comercialização da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ígor Teixeira. Em entrevista, ele nos conta um pouco sobre a importância de se garantir o escoamento da produção.

Qual a importância de pensar a comercialização para a agricultura familiar?

A geração e as oportunidades de negócios para a agricultura familiar vêm sendo eixos estratégicos do MDA ao longo de sua trajetória. A inserção de milhares de agricultores familiares nos processos de comercialização tem dado a visibilidade que essas famílias

sempre almejavam no meio rural. Além disso, garantem a geração de renda e abertura de novas oportunidades, na medida em que ocorre a inserção da produção familiar, em mercados de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

É notável a relevância do tema da comercialização para a agricultura familiar. O assunto é pauta recorrente nas manifestações das entidades representativas do setor e dos movimentos sociais rurais. A questão também está sempre presente nas agendas do Grito da Terra, da Marcha das Margaridas, das reivindicações da Via Campesina, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e de outras mobilizações sociais rurais, realizadas ao longo do ano.

É inegável a importância de programas e políticas públicas de comercialização para a agricultura familiar. Estes programas e políticas públicas de comercialização devem estar articulados com as ações de fomento à produção, a exemplo do crédito e das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A sustentabilidade e o sucesso de medidas de apoio à comercialização dependem fundamentalmente da conexão e sinergia entre essas três políticas.

Qual o papel dos programas de compras públicas para a agricultura familiar?

Na prática, os programas de compras, criados a partir de 2003, demonstram o aprendizado de mercado que muitas organizações e agricultores familiares necessitavam, para dar visibilidade e colocar seus produtos na rota de comercialização e consumo, sobretudo no segmento de compras governamentais, via PAA e Pnae. Além de gerar capital social e econômico a esses empreendimentos, estes programas têm garantido um potente círculo virtuoso ao injetar milhões de reais nas economias locais de milhares de municípios brasileiros.

Esses programas têm estimulado também a aquisição de produtos orgânicos, agroecológicos e saudáveis, mudando hábitos de consumo e gerando transformações positivas em antigos e tradicionais processos de compras, que impediam e alijavam a participação da agricultura familiar.

Para se ter ideia da dimensão do mercado de compras públicas aberto nos últimos anos, temos os seguintes dados:

- O PAA já foi responsável por adquirir cerca de R\$ 6,4 bilhões em alimentos da agricultura familiar, de todo o país, de 2003 a 2015, beneficiando em torno de 1,6 milhão de agricultores familiares neste período. Já o Pnae adquiriu de 2009 a 2014 cerca de R\$ 2 bilhões em alimentos da agricultura familiar e suas organizações fornecedoras.

- Apenas no ano de 2014, foram adquiridos da agricultura familiar, por meio dos mercados de compras públicas, o equivalente a R\$ 1,3 bilhão.

- Este mercado ganhou reforço, a partir de 2015, com a publicação do Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, que estabeleceu percentual mínimo de 30% na aquisição de produtos da agricultura familiar e suas organizações pelos órgãos da administração pública federal.

De modo que o conjunto de canais públicos de compras disponíveis para a agricultura familiar (Pnae, PAA, legislações estaduais de compra e o Decreto Federal) apresenta um potencial estimado de aquisições de R\$ 5,5 bilhões por ano.

Há políticas para trabalhar também a comercialização para mercados privados?

Sim. O MDA possui um conjunto de ações de apoio à promoção comercial e à participação em feiras e eventos nacionais e internacionais. No entanto, é necessária a união de esforços, no sentido de potencializar iniciativas existentes no próprio Ministério ou em órgãos parceiros. Tais ações devem apoiar outras formas de acesso aos mercados privados, como as feiras livres, a comercialização direta ou mesmo instrumentos que auxiliem as organizações da agricultura familiar na comercialização junto a mercados varejistas. Há importantes experiências, em nível local e estadual, de acesso a mercados privados. Os próprios agricultores familiares estabelecem como estratégia principal a venda da produção ao pequeno varejo e às feiras locais, fortalecendo circuitos curtos de comercialização direta de produtos em grande parte agroecológicos.

Uma das prioridades do MDA neste momento é a produção de alimentos saudáveis. Como isso é trabalhado nos programas de comercialização?

Com o reconhecimento da produção agroecológica e diferenciada. Nos programas de compras públicas, nos quais o MDA exerce importante protagonismo na formulação, no aperfeiçoamento e sobretudo na organização da oferta tem como uma de suas marcas a valorização de produtos orgânicos e agroecológicos. O PAA, por exemplo, desde 2003, admite um diferencial de preços de até 30% para os produtos comprovadamente orgânicos dos projetos apresentados à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No mesmo sentido, a legislação do Pnae referente às aquisições de produtos da agricultura familiar sugere ao gestor das compras que priorize a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos.

Podemos, portanto, atribuir ao mercado de compras públicas, construído e estimulado nesse período, o aumento e visibilidade da produção orgânica e agroecológica. No

entanto, muitos desafios ainda precisam ser superados para ampliar a comercialização e o acesso por parte dos consumidores a estes alimentos saudáveis, reconhecidamente da agricultura familiar. Há importantes sinalizações neste sentido, colocadas na estratégia do MDA, de priorizar a produção de agricultores agroecológicos, em transição, e mesmo orgânicos. Isso pode ser visto nas ações de Ater e, mesmo em iniciativas para a redução do uso de agrotóxicos, por exemplo.

Cai a área de plantações geneticamente modificadas no mundo. Andrew Pollack, The New York Times – O Estado de São Paulo, Economia. 25/04/2016

Baixo preço das commodities levou fazendeiros a plantar menos soja, tanto geneticamente modificada, quanto não

Os fazendeiros do mundo aumentaram o uso de lavouras geneticamente modificadas de maneira constante e acentuada desde que a tecnologia começou a ser amplamente comercializada em 1996. Mas não mais.

Em 2015, pela primeira vez, a área usada para essas culturas diminuiu, segundo uma organização sem fins lucrativos que acompanha as plantações de sementes transgênicas.

Os fazendeiros do mundo aumentaram o uso de lavouras geneticamente modificadas de maneira constante e acentuada desde que a tecnologia começou a ser amplamente comercializada em 1996. Mas não mais.

Em 2015, pela primeira vez, a área usada para essas culturas diminuiu, segundo uma organização sem fins lucrativos que acompanha as plantações de sementes transgênicas.

A organização afirma que a principal causa da diminuição de 1%, em comparação com os níveis de 2014, foi a queda do preço das commodities, que levou os fazendeiros a plantar menos milho, soja e canola de todos os tipos, tanto geneticamente modificado quanto não.

Mas os números dos últimos anos mostram que o mercado para essas plantações está quase saturado.

Apenas três países, Estados Unidos, Brasil e Argentina, são responsáveis por mais de 3/4 do total global de áreas. E apenas quatro lavouras, milho, soja, algodão e canola, representam a maioria do uso da biotecnologia na agricultura. Em muitos casos, mais de

90% dessas quatro culturas que crescem nos três países, e em outros grandes produtores como o Canadá, a Índia e a China, já são geneticamente modificados, deixando pouco espaço para expansão.

Os esforços para aumentar o uso de biotecnologia para outras lavouras e outros países têm encontrado dificuldades por causa da oposição dos consumidores e de grupos ambientalistas, de obstáculos regulatórios e em alguns casos científicos.

"A regulamentação cara para culturas biotecnológicas transgênicas continua sendo o principal entrave à adoção", afirma o sumário executivo do relatório da organização, o International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications (Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agro-Biotecnológicas).

A organização afirma que sua missão é ajudar pequenos fazendeiros de países em desenvolvimento a tirar proveito da biotecnologia, que segundo eles pode aumentar a renda dos agricultores e diminuir o uso de pesticidas. A instituição recebe apoio de várias fundações, empresas, grupos de comércio e governos, incluindo a Monsanto e o governo americano.

Ainda assim, a contagem de área feita pelo grupo é amplamente citada, algumas vezes até mesmo por críticos da biotecnologia.

As conclusões políticas a que o grupo chegou são outra questão. Bill Freese, analista de ciências políticas do Centro de Segurança Alimentar, que geralmente se opõe a culturas geneticamente modificadas, diz que os relatórios da organização são "apenas promocionais".

A diminuição do crescimento da agricultura biotecnológica contribuiu para a consolidação interna da indústria, com a fusão entre a DuPont e a Dow e a compra da Syngenta pela China National Chemical Corp. Também está por trás dos esforços da Monsanto para diversificar, incluindo uma oferta fracassada para comprar a Syngenta no ano passado.

No geral, a área plantada com sementes biotecnológicas caiu 1% globalmente, de 181,5 milhões de hectares em 2014 para 179,7 milhões de hectares em 2015. As plantações foram cultivadas em 28 países e usadas por até 18 milhões de fazendeiros, a maioria pequenos e em nações em desenvolvimento, diz o relatório. Críticos dizem que apesar da expansão durante as duas últimas décadas, as culturas biotecnológicas ainda

representam uma pequena fração das terras agriculturáveis do mundo e são cultivadas por uma porcentagem pequena de agricultores.

O valor das sementes foi US\$15,3 bilhões em 2015, menos do que os US\$15,7 bilhões de 2014. Isso representa 34% do comércio global do mercado de sementes, segundo o relatório.

A maior parte das plantações geneticamente modificadas contém genes de bactérias que as deixam resistentes a certos insetos e tolerantes ao Roundup e a outros herbicidas. Essa tolerância a herbicidas permite que os agricultores pulverizem produtos químicos que matam as ervas daninhas sem prejudicar as culturas.

As plantações foram ansiosamente adotadas desde o momento em que se tornaram amplamente comercializadas em 1996, principalmente nos Estados Unidos. A área global cresceu anualmente, e em muitos períodos aumentou dois dígitos, até a desaceleração nos últimos dois ou três anos.

Os Estados Unidos continuaram a ser o maior produtor dessas culturas em 2015, com quase 71 milhões de hectares plantados, queda de mais de dois milhões de hectares desde 2014. Esse declínio foi compensado principalmente pelo aumento de cerca de dois milhões de hectares no Brasil, trazendo o total a 44,2 milhões de hectares. A área na Argentina, o terceiro maior produtor, cresceu um por cento, para cerca de 24,5 milhões de hectares.

Plantações na Índia, país em que a única cultura geneticamente modificada é o algodão, continuaram em 11,6 milhões de hectares, enquanto que no Canadá caíram cerca de cinco por cento para 11 milhões de hectares por causa da diminuição geral do cultivo de canola, segundo o relatório.

L. Val Giddings, defensor das culturas biotecnológicas, diz que a pequena queda anual é um sinal de maturação do mercado.

"Não estou nem um pouco surpreso de ver essa pequena evidência de ciclos, que são normais na agricultura", afirma Giddings, membro sênior da Fundação de Informação Tecnológica e Inovação, organização de Washington que defende políticas que permitam a inovação.

Os esforços para introduzir características diferentes a culturas variadas vêm se estabelecendo lentamente.

Nos Estados Unidos, duas culturas importantes geneticamente modificadas foram aprovadas desde 2014 - maçãs que não ficam marrons quando cortadas e batatas que produzem menos substâncias químicas que podem causar câncer quando fritas. Mas em resposta a ativistas, algumas empresas de comida, como o McDonald's, Wendy e Gerber disseram que não pretendem usar um ou os dois produtos no momento.

O desenvolvimento desses mercados será gradual, com apenas 162 hectares de batatas e seis hectares de maçãs plantados em 2015, segundo o relatório.

Desde que Vermont decidiu exigir a rotulagem de alimentos que contenham plantas geneticamente modificadas, algumas grandes empresas, como Campbell, General Mills e Mars afirmaram que vão começar a rotular todos os seus produtos no país inteiro. A Del Monte Foods foi ainda mais longe, dizendo que vai eliminar ingredientes de plantações geneticamente modificadas de seus alimentos.

Na China e na Índia, os agricultores adotaram amplamente o algodão modificado para se tornar resistente a insetos. Mas os esforços para expandir o uso de biotecnologia às plantações de alimentos falharam. A China tem dedicado muita pesquisa para suas versões de milho e arroz geneticamente modificado, mas ainda não os aprovou para uso comercial.

Em 2010, na Índia, o governo impôs uma moratória para o cultivo comercial de um tipo de berinjela local resistente a insetos. Recentemente, o governo disse que iria reduzir as taxas que a Monsanto e seu parceiro local podem cobrar de empresas de sementes de algodão por seus genes, o que levou a Monsanto a ameaçar reavaliar seus negócios no país.

A Europa continua o centro da oposição a essas plantações. As culturas na União Europeia caíram 18% para apenas cerca de 121.400 hectares, quase todos de milho resistente a insetos plantado na Espanha.

O relatório afirma que a área global poderia aumentar se o milho geneticamente modificado fosse adotado na China e em outras partes da Ásia e da África. O Vietnã começou a plantar esse tipo de milho comercialmente em 2015. O relatório também diz que existem 85 novos produtos em potencial sendo testados, incluindo milho que resiste à seca e feijão-fradinho resistente às pragas para a África.

MDS cria Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Site do MDS, 25/04/2016.

Objetivo é fortalecer e integrar a atuação das unidades de segurança alimentar e assim contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil

Brasília – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) oficializou a criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, publicada no Diário Oficial no dia 15 de abril. O objetivo é fortalecer e integrar a atuação das unidades de segurança alimentar e nutricional e, assim, contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos e para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

Podem participar da Rede, os bancos de alimentos sob gestão dos governos federal, estaduais ou municipais, as Centrais de Abastecimento e as organizações da sociedade civil. As instituições públicas federais de ensino ou pesquisa que desenvolvem estudos e tecnologias sobre bancos de alimentos e outras instâncias do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional também podem integrá-la.

A coordenadora-geral de Equipamentos Públicos do MDS, Kathleen Machado, explica que a Rede vai aprimorar os processos de captação e distribuição dos alimentos doados, para proporcionar maior efetividade, com redução das perdas. “São alimentos que se encontram fora dos padrões de comercialização, mas mantêm inalteradas suas propriedades nutricionais, não apresentando qualquer risco ao consumo humano.”

Maranhão: quatro mil agricultores familiares vão receber cisternas. Site do MDS, 26/04/2016.

MDS e governo estadual estão em fase final de formalização de convênio. Próxima etapa é a seleção das entidades que vão coordenar a implantação das unidades de captação da água da chuva

Brasília – O governo federal e do Maranhão estão em fase de formalização de convênio para implantação de cisternas telhadão para apoiar quatro mil agricultores familiares do estado. A tecnologia leva alívio às famílias, que chegam a passar por oito meses de seca.

Com a capacidade de captar e armazenar 25 mil litros de água da chuva, o reservatório dá a oportunidade dos agricultores melhorarem sua produção de alimentos, reforçando a segurança alimentar e nutricional das famílias. Ao todo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está investindo R\$ 40 milhões.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que apenas 71,4% dos domicílios maranhenses possuíam acesso regular a abastecimento de água – bem abaixo da média da região Nordeste, com 80,6%, e do Brasil, com 85,4%. Na área rural do estado, 66,9% dos domicílios não dispunham de acesso à rede pública de abastecimento.

Na próxima etapa, será publicado edital para selecionar as entidades que executarão o convênio. “Estamos em fase processual. A expectativa é que, no final de maio, o edital já esteja pronto”, explica o coordenador-geral de Acesso à Água de Consumo Humano do MDS, Carlos Cleber Soares.

A cisterna telhadão é composta pelo reservatório e por um galpão. É pelo telhado do galpão que corre a água que cai da chuva. E ele pode ser utilizado como galinheiro, pocilga, aprisco (para as ovelhas ou cabras), depósito de ração ou feno ou para armazenamento de grãos.

O custo unitário de cada cisterna telhadão é de cerca de R\$ 10 mil, o que inclui despesas associadas a todas as atividades necessárias para sua implementação, como a mobilização, seleção e capacitação das famílias, a construção do reservatório e da estrutura de captação. “As famílias que participam da construção das cisternas também serão remuneradas. O valor já está incluído no custo unitário da cisterna”, explica Soares.

Agricultores familiares já podem enviar propostas de venda ao PAA. Site do MDS, 26/04/2016.

Governo federal vai comprar, por meio da Conab, alimentos para atender as modalidades de Compra com Doação Simultânea e Formação de Estoque do programa

Brasília – Cooperativas e associações de agricultores familiares já podem apresentar suas propostas para vender alimentos nas modalidades de Compra com Doação Simultânea e Formação de Estoque do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As regiões Norte e Nordeste vão receber 60% dos recursos repassados pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Os produtos adquiridos na modalidade Formação de Estoque contribuem para a ação estratégica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na regulação do mercado. Já na Compra com Doação Simultânea, os alimentos são doados para equipamentos da rede socioassistencial, creches, escolas, hospitais entre outras. No ano passado, a Conab aplicou R\$ 287 milhões para o apoio à comercialização da agricultura familiar em todas as modalidades do PAA, com participação de 863 organizações de todo o país.

As cooperativas e associações interessadas devem inscrever seus projetos por meio do PAANet. Mais informações podem ser obtidas nas Superintendências Regionais da Conab.

Ministro enumera avanços da agricultura familiar em reunião com gestores do Incra. Site do MDA, 27/04/2016.

Durante encontro com os superintendentes regionais e a direção do Incra, nesta quarta-feira (27), na sede da autarquia em Brasília, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, destacou os avanços nas políticas públicas para a agricultura familiar, afirmando que o setor é o principal responsável pela produção de alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros e pela geração de empregos no campo.

De acordo com Patrus Ananias, o MDA e o Incra devem priorizar os investimentos no desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária, que representam a maioria dos estabelecimentos agropecuários do país. O ministro ressaltou também a perspectiva de assentar todas as famílias acampadas. “Precisamos priorizar o assentamento em condições dignas dos trabalhadores acampados para assegurar a inclusão social e produtiva”, reforçou.

Patrus salientou ainda as ações do governo federal de apoio ao setor nas áreas de crédito, assistência técnica, políticas de comercialização e de garantia de preços para os produtos da agricultura familiar. “Devemos preservar as conquistas e assegurar novos

avanços para os agricultores tradicionais, assentados, pescadores, quilombolas e extrativistas.”

Ele declarou no encontro que os principais desafios são ampliar o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a implantação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e a comercialização da produção familiar. Na oportunidade, Patrus Ananias pediu empenho aos superintendentes regionais para que o público da reforma agrária acesse mais as políticas de desenvolvimento da agricultura familiar.

Plano Safra 2016/2017

O ministro anunciou que na próxima terça-feira, 3 de maio, será lançado o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, que será voltado à produção de alimentos saudáveis, com incentivo à adoção de práticas agroecológicas. “Vamos disponibilizar mais recursos para o Pronaf, com juros menores, lançar novas chamadas de assistência técnica e ampliar o acesso às políticas de comercialização da produção para fortalecer a agricultura familiar.”

Assentamento paraibano se destaca com criação de galinhas usando remédios e alimentação naturais. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/04/2016

A criação de galinhas nativas com uso de remédios e alimentação naturais é uma das principais atividades para complemento da renda de 20 famílias do assentamento Vitória, em Campina Grande (PB), a 121 quilômetros da capital do estado, João Pessoa. Juntas, elas criam cerca de 500 aves, que produzem mais de três mil ovos por mês.

Elizabeth Bento de Souza, 62 anos, integra o grupo de assentados que resolveu apostar na iniciativa. Com 150 galinhas, garante um reforço no orçamento doméstico de cerca de R\$ 350, obtidos a partir da venda de 960 ovos por mês. A exemplo das demais famílias do assentamento, a agricultora também cria outros tipos de animais, além de plantar milho, feijão e abóbora.

As galinhas de capoeira das raças pedrês, gogó de sola e pé de pena são criadas em sistema de semiconfinamento. De acordo com Elizabeth, as aves comem brejo, capim e milho produzido no lote, sem uso de agrotóxicos. A prevenção de doenças, como a

gripe, é feita com receitas naturais, a exemplo da colocação de casca de angico na água bebida pelas galinhas.

Em 2013, a assentada obteve recursos do Plano Brasil Sem Miséria, que possibilitaram aumentar o número de aves e adquirir telas para cercar uma área ao redor da casa, deixando as galinhas mais protegidas de predadores.

Ao comentar sobre a atividade, Elizabeth revela alguns dos métodos utilizados: “Todo mês eu separo oito galinhas e coloco treze ovos para cada uma chocar. Faço isso sempre quando a lua está cheia, pois é a melhor época”. Outra estratégia é vender as galinhas mais velhas e os frangos, fazendo uma seleção com as melhores aves para a reprodução e produção de ovos.

Incentivo

A criação de galinha de capoeira no assentamento Vitória vem sendo acompanhada pela assistência técnica da Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção (Coonap). A entidade é contratada pelo Incra na Paraíba para atuar em áreas de reforma agrária do estado.

Segundo o diretor técnico da Coonap, José Diniz Neves, desde 2008 a cooperativa incentiva a criação das aves. “Com o Programa Brasil Sem Miséria e o Fomento Mulher, iremos fortalecer ainda mais a atividade, que está servindo de modelo para outros assentamentos”, afirma Neves, ao acrescentar que, dentro do plano de trabalho estabelecido, também estão previstas capacitações sobre a valorização das raças nativas.

Alagoas lança o comitê da campanha conta o uso dos agrotóxicos. Gustavo Marinho. Site do MST, 27/04/2016.

O lançamento ocorre na passagem da Marcha em Defesa da Reforma Agrária, da Democracia e Contra o Golpe pela Universidade, que conta com a participação de mais de 1500 trabalhadores.

A Campanha Permanente Contra o Uso dos Agrotóxicos e Pela Vida lança seu comitê em Alagoas na próxima quinta-feira (28). O lançamento do comitê acontecerá no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas (Ceca - Ufal) às 13h30.

O lançamento ocorre na passagem da Marcha em Defesa da Reforma Agrária, da Democracia e Contra o Golpe pela Universidade. A Marcha conta com a participação de mais de 1500 trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra, que na última segunda (25) saíram da cidade de União dos Palmares percorrendo mais de 80 km até a capital Maceió.

Para Luan Hamon, da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (Abeef) e do Levante Popular da Juventude, este é um importante momento de articulação entre os movimentos sociais. “A Campanha nacionalmente é um marco na articulação e luta contra os agrotóxicos e aqui em Alagoas essa articulação é fundamental, em especial por se tratar de um estado concentrador de terras e dominado pela cana-de-açúcar”, disse o estudante.

Luan reforça ainda a simbologia do ato de lançamento do comitê acontecer no espaço da Universidade, “a Universidade por muitas vezes reproduz e sustenta o modelo de agricultura, reproduzindo a lógica do latifúndio, da monocultura. Os movimentos ocuparem esse espaço é fundamental para desconstruir essa lógica e trazer o debate do que podemos e devemos construir dentro da Universidade também”, afirmou.

“Nosso estado é tomado pelo latifúndio da cana, que utiliza intensivamente agrotóxicos e isso tem gerado inúmeras mortes dos trabalhadores da cana-de-açúcar, que muitas vezes são encobertas como outras causas de morte”, afirmou Heloísa Amaral, da Comissão Pastoral da Terra destacando o papel do debate sobre o uso dos agrotóxicos em Alagoas.

“É preciso ainda garantir o debate sobre a alimentação saudável. Estamos avançando, a partir da agricultura familiar e camponesa, na produção de alimentos diversificados, mas é preciso garantir que esse avanço se dê no caminho correto, respeitando a natureza e os seres humanos.”

Já Edna Bezerra do Movimento Popular de Saúde (MOPS), ressaltou a necessidade de ampliar o debate sobre a relação dos agrotóxicos com a saúde da população: “nosso povo está adoecendo e isso sustenta a lógica desse modelo de produção que gera doença e ao mesmo tempo lucra com ela”.

“O Comitê em Alagoas terá um importante papel de construir diálogos com produtores e consumidores em relação ao uso de agrotóxicos nos produtos que vai para a mesa do

povo brasileiro. A indústria dos agrotóxicos tem adoentado e matado com sua lógica mercantilista de enxergar e tratar a saúde”, disse Edna.

“É um passo importante que conseguimos aqui em Alagoas com o lançamento do Comitê. Não podemos ser envenenados diariamente e achar que isso é natural ou que não temos outra opção”, comenta José Roberto, da direção nacional do MST. “Não é a cana que enche a barriga do povo alagoano e brasileiro. Nossa luta deve ser pela produção diversificada de alimentos saudáveis para chegar na mesa de quem vive no campo e na cidade”, completou.

Participam também do lançamento do comitê uma diversidade de organizações estudantis e populares, além de grupo de estudos e coletivos do campo e da cidade.

Sobra a campanha

A Campanha visa combater a utilização de agrotóxicos e a ação de suas empresas (produtoras e comercializadoras), explicitando as contradições geradas pelo modelo de produção imposto pelo agronegócio, construindo um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando seus efeitos para a saúde e o meio ambiente, além de constituir-se num espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite ao meio ambiente.

Começa a primeira etapa da vacinação contra aftosa na maioria dos estados. Cláudia Lafeté – MAPA. 29/04/2016.

Cento e setenta milhões de bovinos e bubalinos devem ser imunizados contra a doença até o final de maio

Começa no próximo domingo (01/05) a primeira etapa da vacinação contra a febre aftosa na maioria dos estados brasileiros e no Distrito Federal. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), cerca de 170 milhões de cabeças de bovinos e bubalinos devem ser imunizados contra a doença até o dia 31 de maio.

A vacinação é obrigatória para todos os animais, independentemente da idade, no Distrito Federal e nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins. Nestes estados, a dose deve ser aplicada até o dia 31 de maio. Já em Mato Grosso do Sul, o trabalho deve ser concluído até 15 de junho.

Nos estados do Acre, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Rondônia e São Paulo, os produtores vão vacinar apenas nos animais com idade até 24 meses. Em Roraima, deverá ser realizada a vacinação de todo o rebanho bovino e bubalino.

Segundo o Departamento de Saúde Animal (DSA) do Mapa, o produtor que não imunizar o rebanho sofre restrição quanto à movimentação do gado e pode ser multado. Depois de vacinar os animais, o criador deve ir até ao serviço veterinário oficial do estado mais próximo ou do Distrito Federal para comprovar que aplicou a dose da vacina.

A primeira etapa da vacinação já havia começado em março no Amazonas e Pará.

Já em Rondônia e Roraima a campanha começou agora em abril. Em Rondônia, a campanha vai até 15 de maio. Em Roraima, a etapa de vacinação será prorrogada até o dia 30.

O Brasil tem um rebanho de 212 milhões de bovinos e bubalinos. Na segunda etapa da vacinação do ano passado, no segundo semestre, a vacinação contra a aftosa atingiu um índice de cobertura de 98,17%.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa